



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

VALCIRA DE SOUZA DOS SANTOS

O ABANDONO DE ESTUDOS DE JOVENS E ADULTOS
(EJA) NO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA
MUNICIPAL DE BALBINA-AMAZONAS

Asunción, Paraguay

2022

VALCIRA DE SOUZA DOS SANTOS

**O ABANDONO DE ESTUDOS DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO
ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL DE BALBINA-
AMAZONAS**

Tese apresentada a Universidade Autónoma de
Asunción como requisito para obtenção do título de
Mestre em Educação.

**Orientador: Prof. Dr. Tomás Jesús Campoy
Aranda**

Asunción, Paraguay

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Santos, Valcira de Souza-2022

O abandono de estudos de jovens e adultos (EJA) no ensino fundamental da escola municipal de Balbina – Amazonas.

73 f.

Orientador: Prof. Dr. Tomás Jesús Campoy

Maestría em Ciências de la Educación

Universidade Autónoma de Asunción.2022

VALCIRA DE SOUZA DOS SANTOS

**O ABANDONO DE ESTUDOS DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO ENSINO
FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL DE BALBINA-AMAZONAS**

Esta tese foi validada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação pela
Universidade Autónoma de Asunción – UAA

COMISSÃO JULGADORA:

Asunción-Paraguay

2022

Dedico este trabalho aos meus filhos, razões do meu viver.

Agradeço a minha família por estar presente e me apoiar durante todo o período de ausência para os estudos. Aos meus amigos que me incentivaram a continuar estudando e buscar pelos meus objetivos. Aos meus professores e ao meu orientador por ajudarem-me com muitas dúvidas durante a escrita e execução da pesquisa. À Deus acima de tudo, pois Ele é quem me deu força e vigor para seguir adiante apesar das dificuldades encontradas no caminho.

A EJA tem inquestionável importância social na vida de quem a procura para novas possibilidades de melhoria de vida. (NEGREIROS, 2017, p.2)

1 Introdução à investigação	14
2 Justificativa.....	17
3 Problema de investigação	17
4 Desenho geral do processo	18
1 Introdução.....	19
1.1 EJA e Proeja	21
1.2 Motivos que geram a evasão dos alunos da EJA	24
1.2.1 Gravidez na adolescência.....	26
1.3 Instrumentos de combate à evasão escolar	32
1.4 A condição social do aluno da EJA	34
1.5 O papel da escola na formação do aluno	37
1.6 O elo entre escola e comunidade	42
2 Caracterização da Escola de Balbina.....	44
3 Metodologia da investigação	62
Introdução.....	62
3.1 Objetivos.....	62
3.2 Variáveis da investigação	64
3.3 Cronograma de investigação	65
3.4 Desenho da investigação	66
3.5 Elaboração e validação dos instrumentos.....	66
3.6 Procedimento de coleta de dados.....	69
3.7 Análise dos resultados	69
Conclusões.....	76
Propostas.....	77
Referências	78
Anexo	84

Lista de tabelas

Tabela 1 – dependências da escola	54
Tabela 2 – equipamentos e materiais da escola	55
Tabela 3 – corpo docente	55
Tabela 4 – servidores administrativos	57
Tabela 5 – índice da educação infantil	59
Tabela 6 – ensino fundamental I	59
Tabela 7 – ensino fundamental II	60
Tabela 8 – educação de jovens e adultos	61
Tabela 9 – perguntas e objetivos da investigação	65
Tabela 10 – variáveis em estudo	66
Tabela 11 – cronograma de atividades	66
Tabela 12 – distribuição dos itens do questionário	68
Tabela 13 – caracterização da amostra	70
Tabela 14 – estatística descritiva	72
Tabela 15 – testes de normalidade	72
Tabela 16 – estatística de teste	73
Tabela 17 – classificações	73
Tabela 18 – motivos pessoais	74
Tabela 19 – motivos acadêmicos e institucionais	75
Tabela 20 – classificações	76

Lista de figuras

Figura 1 – Desenho geral da investigação	19
Figura 2 – Município de Balbina	45
Figura 3 – Modelo de validação dos juízes	69
Figura 4 – Distribuição por gênero	71

Lista de siglas

CEE/AM – Conselho de Educação Estadual/Amazonas

CF88 – Constituição Federal de 1988

CNE/CEB – Conselho Nacional de Educação / Conselho da Educação Básica

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FUNDEF – Fundo Nacional da Educação Fundamental

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9394/96

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

UHE – Unidade Hidrelétrica de Balbina

RESUMEN

El objetivo de la investigación ha sido identificar los principales factores que llevan al alumno a abandonar los estudios. La investigación se centró en ESTUDIANTES de la Educación de Jóvenes y Adultos - EJA, DE LA Escuela Municipal de Balbina – Amazonas. La metodología ha sido de tipo cuantitativo, descriptiva, ex post-facto, modalidad explicativa o causal. El instrumento utilizado para la recopilación de datos fue el cuestionario dicotómico, se divide en dos partes, la primera enumera una serie de problemas personales que podrían ser la causa del retiro y la segunda, las razones institucionales que influyeron en los estudiantes para evadir el EJA. La fiabilidad ha sido obtenida mediante el procedimiento de Kuder Richardson y la validez mediante el procedimiento de agregados individuales. Los resultados de la investigación demuestran que los motivos principales de abandono son compatibilizar estudio y trabajo y las relaciones que se establece con los profesores.

Palabras clave: dificultades, abandono, EJA.

Resumo

A pesquisa voltada para a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos – EJA, realizada no ano de 2018 em uma Escola Municipal de Balbina – Amazonas, onde percebeu-se o alto índice de evasão escolar na EJA. A pesquisa tem o objetivo de identificar quais os principais fatores que conduzem o aluno a desistir dos estudos. A metodologia parte de uma análise qualitativa e quantitativa, a primeira para descrever as situações enfrentadas pelos alunos e a segunda para quantificar o número da evasão escolar por tipo de dificuldade enfrentada. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário, ele está dividido em duas partes, a primeira lista uma série de problemas pessoais que poderiam ser a causa da desistência, já a segunda elenca os motivos institucionais que influenciaram os alunos a evadirem da EJA. Os resultados da pesquisa demonstram quais os principais itens que levam os alunos a desistirem dos estudos, tanto pessoais quanto institucionais, além disso, é possível perceber na fala dos alunos que eles gostariam de voltar para a sala de aula, mas que as circunstâncias não permitem. Com os critérios estabelecidos no questionário foi possível chegar a uma conclusão sobre a evasão escolar, que se divide em dois blocos, no primeiro bloco trata-se da motivação dos alunos, ou seja, eles precisam entender o objetivo de continuar os estudos, pois o conhecimento vai muito além de aprender a ler e escrever, ou mesmo de memorizar, mas de se apropriar do conhecimento necessário para dar continuidade no desenvolvimento intelectual, no segundo bloco é perceptível que o ambiente escolar deve oferecer melhores condições no que tange ao acompanhamento dos alunos, posto que quando eles deixam de estudar, as medidas para tentar reintegrá-los nas aulas são mínimas, além de pouca flexibilidade frente às circunstâncias apresentadas pelos alunos.

Palavras-chave: Dificuldades. Evasão. Conhecimento. Desenvolvimento. EJA.

INTRODUÇÃO À INVESTIGAÇÃO

1. CONTEXTO E ESTADO ATUAL DO TEMA

Em relação à educação de jovens e adultos e ao direito à educação, Teixeira (1957) já escreveu que a educação obrigatória, gratuita e universal, só poderia ser fornecida pelo Estado. É impossível confiar essa responsabilidade aos indivíduos, uma vez que eles só poderiam oferecê-la àqueles que tinham dinheiro (ou a protegidos) e, portanto, agem mais para perpetuar as desigualdades sociais do que para eliminá-las. A escola pública, comum a todos, não seria, portanto, o instrumento de benevolência de uma classe dominante, guiada por generosidade ou medo, mas um direito do povo, principalmente das classes trabalhadoras.

Após décadas de indiferença, o governo brasileiro, com a necessidade de criar uma boa imagem externa e também "melhorar a força de trabalho", iniciou um processo de treinamento de jovens e adultos com medidas medíocres e sem responder ao objetivo de treinar cidadãos. O grande lema que ele observou como ideais pedagógicos foi Paulo Freire, em sua pedagogia da autonomia, pedagogia da libertação.

O tema da EJA (Educação de Jovens e Adultos) refere-se ao direito do povo, embora esse povo não acredite muito no poder e no valor desse direito. Entende-se também que cabe ao Estado brasileiro resgatar o lugar e o valor desse direito na vida e na Constituição da Nação, uma vez que esse mesmo Estado é um dos responsáveis pela falta de credibilidade decorrente de muitas campanhas, projetos e programas implementados por políticas governamentais, muitas vezes sem resultados efetivos e sem atingir metas (Margarida Machado & de Castro Rodrigues, 2017).

A alfabetização de jovens e adultos, além das questões metodológicas e pedagógicas, deve ser encarada como um problema de política fundamental da educação pública. Esse objetivo se refere a um debate atual e tenso sobre qual perspectiva deve ser defendida para a educação dos trabalhadores, integrando a educação básica e a formação profissional. Apesar de todo o esforço que o campo da EJA vem realizando nos últimos anos para superar a visão de substituição na oferta de educação básica e secundária, ainda é seguido o modelo de educação complementar, no qual a idéia foi redução de tempo e espaços de aprendizagem, tomando como referência a escola para crianças e adolescentes. Uma das alternativas para superar essas práticas aceleradas foi aproximar efetivamente a EJA do mundo do trabalho,

por meio de experiências de integração curricular entre treinamento básico e treinamento profissional, conhecimento, o que eles precisam e estão interessados em dominar. e, a partir daí, um grupo de educadores se desdobra para se encarregar da visão do conteúdo total, conhecimentos diários, habilidades, técnicas, tecnologias e processos incluídos no sujeito ao trabalho, considerando a realidade local e mais ampla dos sujeitos envolvidos, seus problemas, sua situação extrema, seus desejos e necessidades, através do processo de diálogo. Porque a partir da situação atual, existencial e concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, o conteúdo programático da educação ou ação política pode ser organizado.

O PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Educação de Jovens e Adultos) é um programa nacional que busca integrar a escolaridade dos níveis educacionais à formação profissional, entendendo que a formação não é exclusiva do mundo do trabalho ou do mundo da educação e concebê-lo como uma interseção de diferentes contribuições e abordagens, incluindo as de sujeitos do trabalho. A articulação entre essas duas instâncias constitui a principal referência deste programa.

O PROEJA foi criado inicialmente pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Sua criação foi uma decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio.

O PROEJA surge como uma iniciativa voltada inicialmente à escolaridade de nível médio e, posteriormente, estende seu escopo à chamada educação básica, compreendendo ambos os níveis de ensino. Esse programa emerge de contextos marcados por políticas públicas que buscam potencializar o acesso e a permanência de amplos setores excluídos da população aos sistemas educacionais e exige a criação de desenhos alternativos que contemplem as realidades com as quais a EJA trabalha. Nesse sentido, propõe condições gerais mais realistas e um relaxamento de algumas normas reguladoras das escolas convencionais. Além disso, responde a um movimento que parte da identificação de déficits históricos nos serviços educacionais da EJA e os dois casos visam produzir extensões e ajustes da oferta.

No Brasil, o programa articula uma redefinição importante dos espaços institucionais do próprio sistema educacional, buscando integrar a educação escolar nos níveis com a

formação profissional. Isso implica produzir aproximações e integrações entre diferentes tradições institucionais, a partir de trajetórias institucionais construídas de maneira dissociada. Nesse sentido, a proposta é tão interessante quanto arriscada, devido às tensões produzidas entre os princípios e orientações reivindicados pelo PROEJA e certas “inércias” típicas das instituições escolares (De la Fare, Rovelli & Atairo, 2016).

No que diz respeito à cultura da não escolaridade, esta é uma tarefa do Estado, mas também da sociedade civil. Jovens e adultos com 18 anos ou mais devem reconhecer que a educação é um dos seus direitos para que possam reivindicá-la na forma da lei, como disse Cury (2002), e entender sua dimensão de “luta por matrículas mais democráticas. , para implementações mais realistas, contra descaracterização mutiladora, para sonhos de justiça”. (p. 247). É o que se espera que seja alcançado na próxima década com uma mudança de postura de toda a sociedade brasileira, para que ela siga e exija que a Lei nº 13.005, de 2014, não esteja apenas no papel (Margarida Machado, 2017).

Como indicam (Brumat & Ominetti, 2018), desde que as políticas não definam quais situações ou problemas a diversidade cobre e não especificam os "contextos específicos" nos quais um professor pode trabalhar, como Educação de Jovens e Adultos, o Educação Rural, Educação Especial, trabalho com comunidades indígenas, sua entrada no currículo de formação de professores continuará a depender de atores ou ações individuais e ocasionais.

Mas o caminho não é fácil (Pereira dos Santos, 2017), portanto, dentre os desafios relacionados ao acompanhamento dos estudos dos alunos da EJA no Formative Times, observou-se que:

- Nem todos os alunos estão interessados nos objetivos de ensino da
- Política de modalidade, e eles parecem querer encontrar na escola o modelo tradicional de ensino 88 (ou seja: o currículo antigo, os mesmos métodos de avaliação, entre outros) e / ou vê-lo como uma maneira de se beneficiar dos programas do atual governo;
- Embora a qualidade da proposta para a EJA seja notória, na prática, é necessário criar formas de garantir o direito de aprender, bem como a continuidade dos estudos de varios alunos, dado o alto número de evasões no curso mencionado;

O acompanhamento de estudos, estabelecido na Política da EJA, ainda hoje, não corresponde a uma prática pedagógica legitimada e desenvolvida, uniformemente, no Tempo Formativo III, uma vez que a repetição de práticas

2. JUSTIFICATIVA

O abandono dos estudos é um tópico de atualidade total. Durante muito tempo, as escolas não apenas focaram sua atenção na permanência dos alunos, mas a inserção no mundo do trabalho é particularmente importante quando se trata de estudantes “jovens e adultos” (EJA).

Como critério de qualidade das escolas, é facilitar a transição do último ano de estudos para a inserção no mercado de trabalho. Especificamente, essas são as motivações que me induzem a realizar este estudo:

1. Há evidências de abandono do estudo EJA por diferentes razões.
2. Pretende-se determinar quais são essas causas e fatores.
3. Como professor que desenvolvo minha tarefa nesse contexto, apontamos como objetivo de nosso estudo as razões do abandono, pois ele pode ser usado para fazer propostas a fim de minimizar os efeitos negativos.

3. PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Como discutimos, o abandono dos estudos é uma questão altamente relevante. Consequentemente, antes do problema de pesquisa, fazemos as seguintes perguntas:

O que se entende pelo abandono dos estudos?

Quais são as razões que levam os alunos da EJA a abandonar a escola?

Onde eles abandonam os estudos de acordo com o sexo?

Que política a escola implementa para retenção de alunos?

Qual a importância dos alunos da EJA para abandonar a escola?

Consequentemente, colocamos o seguinte problema de pesquisa:

Quais as causas que influenciam o abandono de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que não são fundamentalmente da Escola Municipal de Balbina (Amazonas)?

4. DESENHO GERAL DO PROCESSO

A seguir, apresentamos as diretrizes gerais pelas quais o estudo é aprovado, com o objetivo de analisar as causas do abandono escolar nos estudantes da EJA, a fim de fazer propostas que minimizem a perda de alunos.

Na introdução deste estudo, é apresentado um breve histórico do tópico, justificativa, declaração do problema e o design geral da pesquisa. A primeira parte é dedicada à fundação, assuntos relacionados ao abandono dos estudos. A segunda parte, metodologia da pesquisa, em suas diferentes fases (objetivos, variáveis, cronograma, contexto, população e amostra, desenho da pesquisa, elaboração e validação do instrumento, procedimento de coleta de dados e análise dos resultados). , conclusões e propostas, referências e anexo.

Figura 1. Desenho geral da investigação



PRIMERA PARTE

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Introdução

Este estudo é de especial relevância, dado que se pretende conhecer os motivos porque os estudantes de EJA abandonam os estudos. Se trata de detectar as causas e fatores como, intervir para reduzir o abandono.

Como afeta os estudantes o abandono do estudo? Que ações para reduzir o abandono de estudo? Como afeta a vida da escola que os estudantes não finalizem os estudos? Estas e outras perguntas nos levam a plantear os seguintes problemas de investigação: principais causas de abandono escolar, fatores que diminuem a motivação pelo estudo, impactos do método tradicional de ensino.

Busca-se por meio deste estudo identificar as causas e os fatores do abandono de estudos na modalidade de ensino EJA. Outrossim caracterizar a população do objeto de estudo, detectar as causas do abandono escolar, determinar os fatores que influenciam o abandono dos estudos e apresentar propostas para minimizar o abandono escolar.

A educação tem um papel fundamental no mundo do ser humano, voltado não só no desenvolvimento intelectual, mas também aos aspectos físicos, emocionais, morais, e sociais, formando cidadãos críticos, no qual se adota princípios democráticos que realmente atenda aos seus anseios e suas perspectivas.

A aprendizagem precisa ser compreendida em sentido amplo como parte essencial da vida, no entanto, embora exista uma conscientização generalizada a respeito da importância e do papel da educação, muitos jovens ainda se encontram fora da escola ou enquadrados em faixas etárias diferentes a exemplo do que ocorre com a EJA, objeto desse estudo.

A EJA originou-se com o objetivo de resgatar os alunos que se encontravam fora da escola e promover a alfabetização dos jovens e adultos. Ao longo do tempo, essa proposta se renovou e atualmente busca também preparar o aluno para o mercado de trabalho. Entretanto, ainda que a proposta tenha um papel social importante, a evasão escolar constitui uma ameaça para a sustentabilidade da modalidade. Neste sentido o estudo busca identificar

as causas da ocorrência da evasão escolar e assim contribuir para que ações sejam realizadas para conter o abandono dos alunos.

A metodologia da pesquisa é qualitativa e quantitativa, pois faz uma análise das informações de maneira descritiva e por meio de gráficos e tabelas. Foi utilizado um roteiro de entrevista para a coleta de dados de campo. A técnica selecionada para a coleta de dados foi a da entrevista, que permite, ao mesmo tempo, a liberdade de expressão do entrevistado e a manutenção do foco pelo entrevistador (Gil, 2010, p.137).

O trabalho está organizado em capítulos, no primeiro momento aborda-se sobre a EJA e o PROEJA, fazendo a descrição desta modalidade de ensino e sua importância para a sociedade. O segundo momento traz a descrição do campo de estudo, demonstrando os aspectos da escola de Balbina-AM.

O capítulo seguinte mostra o procedimento metodológico da pesquisa, apontando o passo a passo que delineou a pesquisa de campo, a análise de dados e os resultados obtidos a partir dessas informações.

Posterior ao capítulo da metodologia, o trabalho apresenta os resultados alcançados por meio da pesquisa, demonstrando a preocupação com a evasão escolar e os fatores que levam o indivíduo a abandonar a escola.

Desta forma teremos uma visão de como a evasão escolar é prejudicial para os indivíduos e que a escola tem um papel fundamental para envolver o aluno em seu ambiente de maneira que ele não abandone os estudos.

1.1. EJA E PROEJA

Na opinião de Brezinski, 2014, trata-se da educação de jovens e adultos, na modalidade básica, objetivando a formação geral do discente. A EJA foi instituída para favorecer a inclusão do aluno que ficou em defasagem no ensino regular.

Segundo Kern (2014:13):

O processo sócio histórico de constituição das sociedades e dos sujeitos sociais se dá por rupturas com determinados modos de se pensar a sociedade, o homem, a mulher e suas relações. Os sujeitos são múltiplos e, portanto, não podem ser definidos apenas por estereótipos ou categorias que sintetizam a totalidade e complexidade de cada sujeito em particular, tais como: o pouco escolarizado, o analfabeto, o pobre, a mulher, o negro, entre outros.

Embora, estudos revelem que esse público é formado essencialmente por repetentes, evadidos, trabalhadores braçais, secretárias do lar, cuidadores e outros todos os grupos com caracterização sócia cultural e econômica bem definida. (Ramos & Brezinski, 2014).

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA - vem para complementar o ensino da EJA através de um curso técnico, integrando a educação básica com a Profissionalizante MEC, 2007.

Segundo o MEC (2007:10):

O PROEJA pretende contribuir para a superação do quadro da educação brasileira explicitado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD divulgados, em 2003, que 68 milhões de Jovens e Adultos trabalhadores brasileiros com 15 anos e mais não concluíram o ensino fundamental e, apenas, 6 milhões (8,8%) estão matriculados em EJA.

Essas informações indicam à importância da implementação desse programa, como alternativa de provocar mudanças na cultura geral brasileira, possibilitando o acesso à formação e conseqüentemente a inclusão social de um público que ficou à margem das oportunidades sociais.

O aluno da EJA poderá concluir os estudos nessa modalidade e ao mesmo tempo realizar um curso técnico de formação profissional.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, garantiu progresso no campo da EJA. No artigo 208 “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (Brasil, 1988).

Neste sentido, houve a preocupação com aqueles que não concluíram os estudos na idade própria, ofertando uma escolarização em turno noturno, pois muitos dos que não concluíram o fizeram por terem que trabalhar muito cedo. Outro ponto fundamental sobre a educação como um direito é o que se afirma no artigo 205 da Constituição Federal “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Ao discorrer sobre a Educação de Jovens e Adultos é importante mencionar o artigo 205, pois embora a Lei seja clara e específica, faz-se necessário tomar medidas mais eficientes com o intuito de reverter a situação de uma parcela significativa da população que foi ou ainda está excluída ou evadida do processo de escolarização. A educação se efetiva quando os envolvidos cumprem seu papel de maneira adequada, ou seja, a integração entre escola, família, Estado e sociedade são indissociáveis para o cumprimento das metas da educação escolar, desta maneira o aluno alcançará o desenvolvimento pleno e estará preparado para o exercício da cidadania, bem como, para o trabalho.

De acordo com Gagno e Portela (2013:33), “A garantia de acesso e permanência com sucesso para estudantes de EJA deve ser o objetivo de toda a sociedade, e isso só será possível na medida em que as diferenças forem respeitadas”. Embora a educação seja declarada como igualitária, ainda são muitos fatores que desfavorecem esse direito, como exemplo disso, observa-se que a educação em lugares mais pobres recebe menos recursos educacionais básicos, como o livro. Segundo o CNE/CEB (11/2000:53):

Para avançar na perspectiva de um direito efetivado é preciso superar a longa história de paralelismo, dualidade e preconceito que permeou a sociedade brasileira e as políticas educacionais para a EJA. Neste sentido, consoante a colaboração recíproca e a gestão democrática, a avaliação necessária das políticas implica uma atualização permanente em clima de diálogo com diferentes interlocutores institucionais compromissados com a EJA.

Tratando-se de evasão escolar é indispensável que haja o conhecimento prévio da realidade dos estudantes e a análise dos fatores didáticos e pedagógicos que podem estar colaborando para a sua evasão. Sendo a evasão escolar um agravante social é necessário que a instituição escolar crie estratégias para resgatar o aluno que permanece a margem da sociedade, e também que desenvolva formas de impedir as causas da evasão.

Considera-se evasão escolar quando o estudante deixa de frequentar as aulas, sinalizando o afastamento das atividades escolares durante o ano letivo, mas a escola no desenvolvimento de suas atividades tem o compromisso de criar meios para que o aluno evasivo retorne ao ambiente escolar a fim de assegurar a permanência até que finalize os seus estudos formais.

As estratégias que a escola pode oferecer para o resgate do aluno evasivo estão bastante relacionadas com a realidade dele, sendo uma das maneiras mais eficiente a boa relação e interação entre professor e aluno no processo de aprendizagem, pois o bom relacionamento entre ambos auxilia o professor na sua prática pedagógica e conseqüentemente, propicia a compreensão do aluno na sua aprendizagem.

A EJA vem precisamente atender a clientela que por algum motivo não frequentou ou deixou de frequentar o ensino regular na idade adequada. Entretanto, muitos jovens e adultos realizam sua matrícula, frequentam as aulas por um determinado tempo e acabam desistindo, sendo este um fator recorrente nesta modalidade de ensino. Este abandono escolar na maioria das vezes está relacionado ao fator trabalho, mas isto não pode ser considerado como único elemento que influencia no abandono escolar, visto que existem outros que contribuem para isso. Cabe refletir que o papel do docente da EJA deve ser o de ampliar o interesse dos alunos, compreendendo suas dificuldades, planejando e readaptando suas aulas com atividades dinâmicas e significativas que promovam uma verdadeira aprendizagem e que ultrapassem as aulas teóricas, expositivas e mecânicas de memorização, e desta maneira consiga motivar o aluno a permanecer interessado nas aulas.

A história da educação de jovens e adultos sempre foi discutida, entretanto, foi bastante considerada no Brasil no momento em que surgiu a necessidade da formação de trabalhadores que pudessem atender a aristocracia portuguesa, logo após a chegada da família real ao país. Para o cumprimento de tais tarefas exigidas pelo Estado implantou-se o processo de escolarização de adultos.

Passados alguns séculos após este evento, em 1894 surgiu a primeira escola noturna com o objetivo de alfabetizar os trabalhadores analfabetos.

Entretanto, foi a partir de 1930 que a EJA começou a delimitar seu lugar na história da educação brasileira. Na década seguinte, com a ampliação da educação elementar, esta modalidade de ensino tomou forma da Campanha Nacional de Massa, e este modelo ainda persiste no século XXI (Buss, 2011).

Em 1934 o Plano Nacional de Educação de responsabilidade da União previsto na Constituição incluía entre suas normas a educação integral gratuita e de frequência obrigatória estendendo-se a jovens e adultos. A EJA pela primeira vez era reconhecida e recebia um tratamento particular (Haddad; Di Pierro, 2000). Sendo assim, o ensino primário integral gratuito passou a ser uma obrigação do Estado. Salienta-se que a constituição já previa e estabelecia a inserção dos adultos no Plano Nacional de Educação recém-criado (Friedrich *et al.*, 2010). Após este plano passou-se por diversas formas de ensino no Brasil que caminharam junto ao ensino regular (Lopes & Souza, 2010).

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) é um exemplo de programa de aceleração escolar criado em 15 de dezembro de 1967 pela lei 5.379, no qual a educação era destinada ao público jovem e adultos. Este tinha por objetivo uma formação básica, que compreendia ler e escrever.

O Programa obteve em seus primeiros quatro anos de vida uma redução de 5% a 10% no índice de analfabetismo no Brasil (Coelho Rodrigues, 2007).

Desta maneira, a EJA cumpre um papel de grande importância na sociedade, visto que ela busca garantir o direito de acesso à educação básica de maneira flexível e abrangente. Vale destacar que esta modalidade de ensino vem ganhando espaço no contexto educacional, visto sua grande importância para o desenvolvimento da pessoa.

1.2. MOTIVOS QUE GERAM EVASÃO DOS ALUNOS DA EJA

Estudos e pesquisas, mencionadas por Klein (2011) tem revelado que a evasão na EJA tem valor expressivo em todo o território nacional brasileiro, envolvendo os mais complexos e diversos motivos que vão além da escola, isto demonstra a diversidade de fatores internos e externos ao ambiente escolar que tem impacto na vida do estudante da EJA, seja por motivos pequenos e de fácil resolução quanto aos mais complexos e persistentes.

Para lidar com estas situações, a escola precisa estar preparada, onde o seu corpo docente e sua equipe pedagógica precisam ter um olhar sensível para perceber os alertas de que o aluno irá desistir dos estudos no decorrer do ano. É indispensável que o professor tenha diálogo aberto com os alunos, os conheça e tenha parceria diante das complexidades apresentadas.

Diversas razões estabelecem a evasão escolar na EJA como um abandono por tempo determinado ou não, essas razões são procedentes da ordem social e econômica, mas estes

são apenas fatores externos à escola, ou seja, são elementos que vão além do controle e da ação realizada pela equipe pedagógica.

Ao tratar de fatores externos ao ambiente escolar não se está necessariamente afirmando que a escola nada pode fazer a respeito, mas que ela pode estudar esses fatores e providenciar meios para que o aluno permaneça na escola e avance nos seus estudos. É necessário levar em consideração que (PMF; SME; DEC, 2008, p. 7 apud Pedralli Rizzatti, 2013:775-776):

[...] questões objetivas da vida de nosso sujeito da EJA. São trabalhadores e trabalhadoras que, geralmente, precisam conseguir pessoas para cuidar dos filhos e parentes, lidam com ciúmes do companheiro ou companheira, muda [m] de endereço com frequência, são em sua maioria de outras cidades, mudam de emprego ou conseguem um em horário noturno, chegam aos núcleos cansados, com fome, são tímidos, muitos não têm pais, a família está separada, os pais não têm ensino fundamental completo, têm dificuldades de falar em público, a autoestima é baixa, quando percebe [m] que o curso é muito diferente do que esperava [m], pensa [m] em desistir imediatamente, vivem muito próximo da violência urbana, do tráfico de drogas etc.

Observa-se que são muitos fatores que surgem durante o trajeto do aluno da EJA, visto que sua realidade não é a mesma de quem está em idade escolar não distorcida. Neste sentido, é de suma importância conhecer mais sobre a vida do aluno, aproximar-se dele, ouvir suas necessidades, indagações, mostrar-se receptivo e disponível para auxiliar.

Este perfil ativo do professor em conhecer o aluno deve, no entanto, respeitar os limites de abertura dos alunos, posto que não são todos que dialogam ou permitem qualquer intromissão por parte de um agente externo a si mesmo, ou seja, há quem prefira resolver seus problemas sozinho e de maneira isolada, sem que haja a intervenção de outro.

É importante saber que os limites entre aluno e professor estejam claramente especificados na relação professor-aluno, por mais boa vontade que o professor tenha em ajudar, auxiliar e aconselhar o aluno, tudo deve ser feito de boa vontade, caso contrário o professor verá todo o seu esforço sem nenhum resultado, uma vez que o aluno é quem precisa estar disposto a fazer diferente.

O professor precisa saber da realidade social dos sujeitos da EJA, incentivar e apoiar para facilitar o processo de desenvolvimento educacional dos alunos o que certamente reduzirá o abandono dos estudos. Essa afirmativa parte da premissa de que quando um aluno recebe o apoio necessário no ambiente escolar, ele terá muito mais chance de permanecer na escola, ou seja, estará mais fortalecido para continuar os estudos por mais que os problemas pareçam insolúveis.

Andrade (2011) relata o caso de um professor da EJA no estado do Pará em que foi identificado que os alunos estavam enfrentando dificuldades de ir para a aula devido ao horário de trabalho conflitar com a entrada na sala de aula. O professor propôs alteração no Projeto Político Pedagógico da escola e conseguiu flexibilizar o horário de entrada, bem como datas alternativas para a realização das provas. Outra ação realizada diante do problema apresenta foi que eles dialogaram com empresas de transporte urbano para ampliar os horários no período noturno o que ajudou outras turmas de EJA das outras escolas.

Nota-se que a ação do professor da EJA tem grande eficácia quando dialogado com os alunos e com todos os envolvidos no processo educacional, por mais que o problema seja externo à escola, é possível realizar ações desde que alinhado com os interessados, ou seja, se o professor tomasse as medidas – puramente cabíveis -, mas não tivesse conversado com os alunos, é possível que não tivesse o mesmo efeito.

1.2.1. Gravidez na adolescência

A gravidez na adolescência, conforme será visto na seção de resultados, é a principal causa de desistência das alunas da EJA, portanto cabe fazer uma abordagem acerca deste tema de grande preocupação para o ambiente escolar.

A palavra adolescência provém do verbo latino *adolescere* que significa desenvolver-se, crescer, e é próximo do termo *adodlescere*, que significa adoecer. Assim a proximidade entre esses dois termos está ligada à dimensão de crise, daí a fase da adolescência é vista como um período de alta fragilidade (Matheus, 2007:18).

De acordo com Bock, Furtado & Teixeira (2002) nós não temos adolescência e sim adolescentes, isto porque para os autores a adolescência não é uma fase natural do desenvolvimento humano, pois é artificialmente criada, esta fase é derivada da estrutura socioeconômica, assim depende da particularidade, da estrutura psicológica, e da cultura de cada pessoa, desta forma este período se difere em cada país devido aos fatores sociais,

econômicos e culturais divergentes. Portanto o período da adolescência está ligado à relação do indivíduo com o meio social, por isso que em nossa sociedade a adolescência não é igual para todos os jovens, pois cada um vive em uma condição social diferente, uns com várias oportunidades e outros não.

De acordo com Oliveira (1998) os fatores que levam a gravidez na adolescência são: a falta de informação e uso inadequado de métodos anticoncepcionais por parte dos adolescentes, desconhecimento sobre o seu próprio ciclo reprodutivo, assim esta falta de informação é maior nas adolescentes em condições socioeconômicas mais baixas, sendo que essas mulheres têm poucas opções de vida e acham a gravidez “natural” nesta fase. Outro fator que contribui para existência deste fato é a autoconfiança que leva a adolescente a concluir que a gravidez não acontecerá com ela, só com os outros, além de que a mídia, segundo a autora, reforça este pensamento, pois os casos mostrados por ela quanto ao assunto são resolvidos de forma mágica e sem nenhuma consequência. A vida sexual ocasional é outro motivo da gravidez na adolescência, pois faz com que os adolescentes não planejem e nem se previnam.

Já com o desejo de evitar a gravidez e com a existência de vários métodos contraceptivos, as adolescentes continuam engravidando, isto devido à falta de informação e ao uso de contraceptivos de maneira errada e falível. Os fatores psicológicos e sociais existentes na fase da adolescência como alienação, baixa autoestima, pouco senso de futuro, passividade, podem influir na questão da gravidez na adolescência, por isso destaca-se a importância de inclusão dos jovens em programas de saúde, educação e profissionalizante, pois esta inclusão pode ajudar a diminuir os problemas existentes, contribuindo na formação de um melhor e mais amplo projeto de vida profissional dos adolescentes. A adolescência apresenta vários desafios, por esse motivo é uma época onde há turbulência e conflitos, mas este fato não necessariamente ocorre com todos os adolescentes, isto vai depender dos fatores externos também como família, comunidade, cultura, etc., assim alguns adaptam-se as mudanças da nova fase da vida enquanto outros tornam-se irritado ofensivos e estressados.

Para Dias & Teixeira (2010) a gravidez na adolescência geralmente está ligada e acontece com mais frequência em famílias em situação de vulnerabilidade, de violência e negligência, onde existe evasão escolar, desemprego e separação conjugal. É importante enfatizar que quando a gravidez ocorre na adolescência a existência de riscos e dificuldades biológicas e psicológicas tendem a ser maiores trazendo problemas tanto para mãe quanto

para o bebê, isto torna-se ainda mais agravado em adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social, pois vivem em condições precárias de saúde, educação, moradia e alimentação.

Entretanto, alguns estudos mostram que a gravidez na adolescência não deve ser vista apenas como algo não planejado e indesejado por parte dos adolescentes, vai depender da subjetividade e da condição pessoal de cada um, pois de acordo com Dias & Teixeira (2010) os adolescentes de nível socioeconômico menos favorecido veem a maternidade como algo positivo e muitas vezes desejado, porque este fato pode trazer um maior reconhecimento social, melhorando seu contexto sócio afetivo, além de que este fenômeno demarca a entrada do jovem na vida adulta. Portanto, a gravidez e a maternidade representam tanto impasses quanto possibilidades.

Assim, percebe-se a importância da educação ou orientação sexual, pois são imprescindíveis o diálogo e o processo de informação na prevenção da gravidez precoce, entretanto é importante observar e conversar sobre o tipo de educação sexual que os adolescentes recebem, além de que a prevenção deve ocorrer também na área da saúde e assistência social através de programas e projetos sociais de saúde, campanhas educativas/preventivas, etc., onde a população participe e seja inserida.

Segundo o Ministério da Saúde (2000) a adolescência é uma fase de transformações profundas no corpo, na mente e na forma de relacionamento social do indivíduo. Uma gravidez precoce ocorre em um período da vida em que o indivíduo está construindo sua identidade. A Organização Mundial da Saúde em 1988 na Conferência do Cairo definiu o conceito de saúde reprodutiva. A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não de mera ausência de doença ou enfermidade, em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutivo, suas funções e processos (BRASIL, 2006:34).

Esta definição direciona para que o adolescente, jovem e adulto tenham a autonomia e liberdade sobre seus corpos como dimensão fundamental da saúde, e limita a regulação do Estado, nos três entes federativos, sobre a reprodução e sexualidade, assegurando o direito de escolha como princípio de cidadania. Os direitos reprodutivos incluem adolescentes, jovens e adultos do sexo feminino e masculino nas políticas públicas voltadas para a saúde sexual e saúde reprodutiva, sem distinção de raça, etnia, aspectos sociais, culturais, morais, físicos e orientação sexual (Brasil, 2006).

Importante observar que os adolescentes e jovens muitas vezes não procuram os serviços oferecidos, pois não se identificam como indivíduos sexuados e que muitas vezes a adolescente é punida pelos pais, responsáveis e/ou sociedade por declarar que tem uma vida sexual ativa, ou em determinados momentos não se reconhece como mulher devido às características físicas, psíquicas e sociais dessa faixa etária. (Santos, 2006).

Outros fatores podem ter contribuído para o número de gestações em adolescentes: sexualidade considerada “tabu”, menarca precoce, deficiência na educação sexual, estilo de vida urbana e quase total ausência de serviços de saúde especializados voltados para adolescentes, em especial aos adolescentes do sexo masculino, pois a responsabilidade da reprodução humana ainda fica a cargo da adolescente do sexo feminino na visão moral da sociedade brasileira (Simões et. Al, 2003).

Sendo que já garantido em lei nº. 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do artigo 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, no artigo 6º leciona que: As ações de planejamento familiar e atenção a gravidez na adolescência que serão exercidas pelas instituições públicas e privadas, filantrópicas ou não, nos termos desta Lei e das normas de funcionamento e mecanismos de fiscalização estabelecidos pelas instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde (Brasil, 1996). As estratégias de ações, na área de saúde pública, devem ser elaboradas e executadas nos três entes federativos (Federal, Estadual e Municipal), e na rede de saúde particular, visando à redução de riscos, ao qual esse segmento populacional encontra-se mais exposto, como: a gravidez precoce, as doenças sexualmente transmissíveis, o uso de drogas, os acidentes e as diferentes formas de violência (Brasil, 2006).

Outro dado importante a ser abordado é o “status social” ocasionado pela gestação, pois há adolescentes que tem como única perspectiva “ser mãe”, e a gravidez na adolescência possibilita a realização pessoal e o reconhecimento pela sociedade como mãe. “No entanto, esses relacionam a satisfação de ser mãe apresentada pelas adolescentes muito mais ao aspecto de reconhecimento social do que o desempenho que este papel traz” (Gontijo, 2008: 471).

Entretanto as ações estabelecidas pelo Ministério da Saúde e demais órgãos afins, não executam estratégias de ações na sua totalidade, em decorrência de inúmeros fatores: capacitação profissional, estrutura física e humana, aspectos culturais, escolaridade do público alvo, ações fragmentadas do poder público, não abrangendo a interdisciplinaridade

(médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, psicólogos, assistentes sociais, professores entre outros), já que na prática há ainda dificuldades em desenvolver ações em conjunto nas mais diversas áreas no Brasil.

Atualmente o cenário em que se encontra o Brasil em relação à gravidez na adolescência precisa melhorar imediatamente, visto que ainda é muito alto o número de adolescentes que estão gestantes. As consequências da gravidez são imensuráveis dependendo da situação de cada pessoa.

Existem casos em que a família dar suporte para que a/o adolescente assuma a responsabilidade, continue os estudos, e consiga se desenvolver, mas na maioria das vezes não é isso que acontece, pois os pais não estão preparados para receber uma notícia da filha de 12 anos informando que está grávida, ou do filho de 15 dizendo que vai ser pai, infelizmente uma das primeiras reações é a rejeição, a raiva e o abandono dos adolescentes, ou seja, os pais que ainda são os responsáveis pelos adolescentes acabam deixando-os a mercê da sociedade. Pesquisas apontam que outro agravante são os abortos, que muitas vezes são realizados forçadamente, onde os pais impõem sobre os filhos esta condição para que continuem em suas casas, ou é isso, ou rua. Essa atitude prejudica imensamente a saúde dos filhos e acaba gerando traumas que perdurarão por muito tempo, ou até mesmo a vida inteira.

Para Bock, Furtado & Teixeira (2002), é preciso considerar hoje que em dia é mais fácil identificar a gravidez precoce, pois sua ocorrência já não é mais vista normal como antigamente. No início do século XX, muitas mulheres casavam cedo (aos 13, 14, 15 anos) e logo engravidavam, neste tempo não havia a concepção de gravidez precoce. Trata-se de um conceito, um padrão social em que a mulher deve ter filho por volta dos 20 anos, lembrando que hoje a gravidez na adolescência acontece quando não há união estável ou casamento, diferente de antigamente que as mulheres engravidavam cedo, pois casavam-se novas.

A gravidez na adolescência segundo Dias e Teixeira (2010), é antes de tudo, um fenômeno social, um nome que se dá a um período do desenvolvimento nas quais certas expectativas sociais recaem sobre os indivíduos e configuram um modo de ser adolescente, fruto da conjugação de transformações biológicas, cognitivas, emocionais e sociais pelas quais passam as pessoas. Sendo a gravidez um fenômeno social, os contornos da adolescência não podem ser definidos em termos absolutos, uma vez que tal definição depende do lugar

que a sociedade atribui ao adolescente em um dado momento histórico (Dias e Teixeira, 2010:124).

Segundo as orientações técnicas da saúde do adolescente afirma que a gravidez na adolescência é considerada um sério problema de saúde pública e com isto exige programas de orientação, preparação e acompanhamento durante a gravidez e o parto, por ser um problema que oferece riscos ao desenvolvimento da criança, bem como riscos para a própria gestante, sendo então na maioria das vezes, não planejada. Considerando a realidade dos dias atuais, muitas causas e consequências que uma gravidez na adolescência pode acarretar para as vidas das adolescentes.

A adolescente que engravidar além de exercer o papel de filha, passa a exercer o papel de mãe e isso significa, nesse processo, a sua relação com a própria mãe (Andrade, Ribeiro, & Silva, 2006; Daadorian, 2003).

A posição da adolescente gestante, no contexto familiar, é redimensionada, na medida em que ela precisa desenvolver habilidades e assumir responsabilidades relacionadas ao cuidado do bebê e de si mesma. A família também passa a ter expectativas em relação ao seu desempenho como mãe e em relação ao seu futuro. Independentemente de ter ou não desejado ser mãe, o papel materno se impõe para a adolescente e passa a assumir um espaço significativo na sua vida (Falcão & Salomão, 2005; Silva & Salomão, 2003).

A maternidade exige que a jovem redefina na sua identidade levando em consideração o fato de que sua vida, da gravidez em diante, estará vinculada às demandas do filho. A projeção de si mesmo no futuro, elemento importante da construção da identidade na adolescência é substancialmente afetada no caso das adolescentes que engravidam que precisam lidar com uma nova perspectiva temporal dada pelo desenrolar da gravidez e do próprio desenvolvimento do bebê após o nascimento. Planos são deixados de lado ou redimensionados em função da gestação e da maternidade/ paternidade (Fonseca & Araújo, 2004).

Contudo, adaptar-se ao papel materno, ao mesmo tempo em que é adolescente e filha, não é uma tarefa fácil para a jovem. De fato, as transformações emocionais e cognitivas características pelas quais as adolescentes passam nesse período do desenvolvimento fazem com que as jovens apresentem mais dificuldades para desempenhar de maneira satisfatória o papel materno, uma vez que não dispõem, na maior parte das vezes, dos recursos psicológicos

necessários para entender e tolerar as demandas diárias e frustrações da maternidade (Silva & Salomão, 2003).

Enfim, as dificuldades, inseguranças e falta de habilidades para o exercício do papel materno, associadas ao pouco conhecimento sobre desenvolvimento infantil que as adolescentes possuem, podem se configurar em um quadro de risco para o desenvolvimento do bebê, uma vez que as respostas das jovens mães às demandas de seus filhos tende a ser aquém ou além das suas necessidades comenta (Bigras & Paquette, 2007).

1.3. Instrumentos de combate à evasão na EJA

Andrade (2011), apresenta sete dicas que combateram a evasão em alguns lugares do país a partir da sua aplicação no ambiente escolar na EJA. A diversidade de instrumentos para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem e na permanência dos alunos na escola é essencial para a continuidade dos estudos.

A primeira é variar a linguagem, através da música, cordel, teatro, entre outros. Na cidade de Salvador, os gestores de uma turma da EJA, conseguiram estimular os alunos através dos projetos de música, cultura e literatura. Onde tem um dos projetos que estimula a produção de textos (prosa e poesia) através de rodas e saraus literários.

De acordo com Smolka (1993:57) “a linguagem é uma atividade criadora e construtiva de conhecimento e, por isso mesmo transformadora”. Por meio da linguagem o indivíduo consegue compreender o que está sendo ensinado, no entanto, existem vários caminhos para compreender um mesmo tema. Quando se apresenta uma diversidade de instrumentos para ensinar um mesmo assunto, a probabilidade de que o indivíduo aprenda é maior, pois aumentam as chances de ele compreender por meio de alguma das linguagens. Alguns aprendem por meio de ilustração, outros por música, outros pelo diálogo e outros pela leitura. Os caminhos são diversificados, mas o objetivo é o mesmo: aprender.

Quando um aluno consegue compreender a mensagem que está sendo transmitida, ou seja, entende a linguagem do professor, a tendência é que ele permaneça na sala de aula, pois para ele há significado no conteúdo, no entanto, quando o aluno não está entendendo absolutamente nada e nem tem disposição para questionar o professor ou mesmo solicitar exemplos diferentes, a tendência é que ele não permaneça na escola. A suposição a qual se

trabalha aqui é para os alunos da EJA, estes que possuem outras atividades além de estudar. O caso é diferente para os alunos em idade regular, pois estes –na sua totalidade– permanecem na escola mesmo que não entendam o assunto explicado pelo professor.

A segunda é reorganizar o tempo –“Organizar os dias e horários das disciplinas segundo as necessidades da turma garante o atendimento contínuo e a reposição de aulas”. Na cidade de São João do Oeste, no ano de 2009 reorganizou-se o sistema de ensino. De tal forma que os alunos têm duas vezes na semana aula em sala. Sendo ofertadas duas disciplinas por semestre. Nos demais dias as atividades são em casa, trabalhos à distância.

Para o jovem que trabalha e para o pai/mãe de família, o tempo é muito mais escasso do que para o adolescente cuja única preocupação é estudar. Ao reorganizar o tempo de estudo da EJA, flexibilizando as aulas presenciais e colocando aulas alternativas para serem realizadas em casa, torna-se mais fácil com que o aluno esteja presente nos dois dias especificados, sendo estes dias para disciplinas específicas.

Trabalhar de maneira flexível faz com que o aluno compreenda a importância de estar presente nos únicos dois dias de aula semanais e que a responsabilidade de estudar durante os outros dias é totalmente dele, ou seja, toda dúvida que surgir deve ser anotada e levada para que o professor possa responder. O aluno tende a se tornar mais ativo, posto que a responsabilidade é compartilhada, ou seja, ele não apenas vai para a aula presencial escutar o que o professor está dizendo, mas cabe a ele estudar durante os dias que não há aula presencial.

Vamos para a terceira dica, currículo contextualizado. Vejamos um magnífico exemplo que fez a Escola do Batatal, na cidade de Mangaratiba, ganhar a Medalha Paulo Freire, do Ministério da Educação (MEC), em 2009, na categoria Alfabetização de Jovens e Adultos. Os gestores desenvolveram eixos temáticos para trabalhar diversos assuntos surgidos com o desenvolvimento da região. Foram realizadas visitas ao shopping, ao caixa eletrônico. O projeto se chama Relendo o mundo pelas lentes da educação.

Articulação com as empresas é a quarta dica, visto que a mesma tem como objetivo melhorar o transporte público nos bairros escolares ou estimular os funcionários a estudar, flexibilizando o horário de trabalho, são bons exemplos de parcerias que podem ser sugeridas aos empresários. Atendimento aos filhos, esta é a quinta dica. No interior de Manaus verificou-se que muitas mulheres tinham filhos pequenos e não tinham com quem deixar. Então a diretora da escola E.M. Nossa Senhora das Graças, designou uma funcionária para

atender os pequenos. Foi organizada uma sala com brinquedos e lanche para acomodar as crianças enquanto as mães estudavam. A sexta dica relatada é atendimento individual.

No C.E. Duque de Caxias, localizado no interior de Curitiba, o aluno tem a oportunidade de administrar os dias e disciplinas que pode cursar no semestre. “Eles recebem orientações dos professores separadamente, apesar de assistirem às aulas em grupos. ” Explica a diretora da escola Nilcéa S. Medeiros. Como tem vários alunos agricultores eles terão a tranquilidade de faltar 30 dias em época de colheita.

Acolhimento e merenda são a sétima dica. Em Balbina na escola da EJA, é ofertado antes das aulas um jantar, para que os mesmos possam ter mais disposição e concentração durante as aulas. O acolhimento é realizado com muita atenção aos alunos. Há situações em que os estudantes da EJA vão direto do trabalho para a sala de aula, neste caso a escola optou por antecipar o horário do lanche escolar, colocando no primeiro momento, ou seja, na entrada dos alunos.

Essa atitude despertou o interesse dos alunos e os olhares da gestão escolar, pois é uma maneira de acolher os alunos logo na entrada da aula, um momento de interação e de entrosamento. A partir desse momento, os alunos vão para a sala de aula, onde os professores dão início às aulas.

Os alunos têm participação ativa na sala de aula, mostram interesse em aprender e evitam faltar, apesar das dificuldades apresentadas por alguns durante o ano letivo. Alunos que desistem por vários motivos, conforme será apontado nos resultados da pesquisa realizada no campo de estudo da escola de Balbina.

1.4. A Condição social do aluno da EJA

A modalidade de Educação destinada a jovens e adultos apresenta uma identidade que a diferencia da escolarização regular. Neste contexto pode-se considerar que essa diferenciação não é apenas quanto à especificidade etária, mas, primordialmente, a uma questão de especificidade sócio histórico-cultural (Ferrari, 2011).

“Homens, mulheres, jovens, adultos ou idosos que buscam a escola pertencem à mesma classe social” (Brasil, 2006:15), que inclui pessoas de baixa renda e que consomem, de modo geral, apenas o básico à sua sobrevivência, como água, luz e alimentação. “O lazer fica por conta dos encontros com as famílias ou dos festejos e eventos das comunidades das quais participam, ligados, muitas vezes, às igrejas ou associações” (Brasil, 2006, p. 15). A

principal fonte de lazer e informação que estes indivíduos têm consiste na televisão. Na maioria dos casos, “seus pais têm ou tiveram uma escolaridade inferior à sua” (Brasil, 2006, p. 15).

Atualmente existem muitas pessoas no Brasil que ainda não concluíram o ensino fundamental, fato esse que está relacionado à “desigualdade social em tempos de exclusão, miséria e falta de emprego, terra, de teto e de condições dignas de vida impostos a uma parcela significativa da população” (Hagge, 2001:2).

Essas situações fazem com que as pessoas mais pobres enfrentem mais dificuldades no acesso à escola e também em permanecer nela, constituindo e ampliando cada vez mais o número de homens e mulheres que adentram a modalidade EJA em todo o país (Hagge, 2001).

Conforme coloca Ferrari (2011:1)

A maior demanda de jovens pelos cursos de EJA traz, como consequência, a dificuldade de o professor atender num mesmo espaço e tempo diferentes níveis de conhecimento e ritmos de aprendizagens. Em geral, as falas dos professores apontam para aceitação do aluno adulto, reconhecendo e valorizando o esforço diário para permanecer no curso, o esforço para aprender, para responder às tarefas e a manutenção da relação hierárquica professor x aluno, no respeito com que o adulto trata o mestre.

Usualmente os alunos do EJA são vistos como uma massa de alunos sem identidade, qualificados sob denominações diferenciadas que se relacionam com o “fracasso escolar” (Anjos, 2011; Andrade, 2011). Arroyo (2001), citado por Anjos (2011), chama a atenção para o discurso escolar que os trata como repententes, evadidos, defasados, aceleráveis, deixando de fora dimensões da condição humana desses sujeitos.

É característica dessa modalidade de ensino a “diversidade do perfil dos educandos, com relação à idade, ao nível de escolarização em que se encontra, à situação socioeconômica e cultural, às ocupações e à motivação pela qual procuram a escola” (CEEBJA, 2006b:4 *apud* Bernardim, 2006:99).

Uma das principais características do aluno EJA é sua baixa autoestima, reforçada pelas situações de fracasso escolar, ou seja, a sua eventual passagem pela escola muitas vezes marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Já que seu desempenho pedagógico anterior foi comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma autoimagem fragilizada, expressando sentimento de

insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem-

Para Arroyo (2001:10) citado por Andrade (2011):

Ao se analisar a Educação de Jovens e Adultos em um sentido amplo, tomando-se como referência a pluralidade dos sujeitos que dela fazem parte, constata-se que, longe de estar servindo à democratização das oportunidades educacionais, ela se conforma no lugar dos que podem menos e também obtêm menos.

De acordo com Andrade (2011) quando se analisa a Educação de Jovens e Adultos obtém-se como referência a pluralidade do sujeito que faz parte dela, e que estes “podem menos e também obtêm menos”.

A análise da realidade da Educação de Jovens e Adultos no país para ser consistente, precisa ser realizada de forma relacional, ou seja, implica em partir da compreensão de que, se hoje existem mais de 35 milhões de pessoas com mais de 14 anos que não concluíram o ensino fundamental (Ribeiro et al, 2001: 95).

Segundo Ferrari (2011), uma importante consideração a se fazer é o reconhecimento deste jovem como um sujeito, cuja história não é a mesma de outros jovens de sua faixa etária. Para a autora é imprescindível que o jovem de EJA seja visto como uma pessoa, “cujas condições de existência remetem à dupla exclusão, de seu grupo de pares da mesma idade e do sistema regular de ensino, por evasão ou retenção” (Ferrari, 2011:2).

Andrade (2011:2) complementa que do reconhecimento deste jovem como cidadão deve-se “ultrapassar o enfoque da Educação de Jovens e adultos como educação compensatória”, favorecendo uma visão mais ampla e permanente e que responda às demandas do desenvolvimento local, regional e nacional.

Outro ponto também é considerar que os conteúdos curriculares precisam ser pensados e repensados num contexto da identidade e das aspirações dos diversos sujeitos da EJA.

Según Bernardim, 2006:97):

“É preciso adotar estratégias pedagógicas e metodologias orientadas para a otimização da formação específica de professores e gestores responsáveis por esse modo de fazer educação”, assim como construir uma nova institucionalidade nos sistemas de ensino

A partir da consideração que a EJA foi concebida para atender um público excluído econômica e socialmente, desempenhará um bom papel se contribuir para reforçar a identidade de classe que vive do próprio trabalho, que historicamente esteve marginalizada do acesso à educação, mas que, principalmente por sua condição de classe dominada, não pode prescindir de uma educação de qualidade, a partir mesmo de sua concepção, o que não parece ser o que está posto no Regimento Escolar (Bernardim, 2006:97)

Barcelos (2010:56) citado por Fortunato (2010:282), complementa que:

Escutar as histórias dos educandos é uma possibilidade muito rica na perspectiva de ampliar nosso repertório de informações sobre a forma como as pessoas buscam entender o mundo em que vivem, bem como para nos aproximar do sentido que essas pessoas atribuem ao que lhes acontece.

Para Fortunato (2010) quando se refere à educação de jovens e adultos é importante lembrar que os estudantes se afastaram da escola há algum tempo e, na maioria das vezes, carregam lembranças frustrantes sobre aquele território.

1.5. O papel da escola na formação do aluno

A escola tem o desafio de possibilitar aos estudantes a apropriação do saber produzido e acumulado pela sociedade e o compromisso de contribuir na formação de cidadãos críticos, autônomos e participativos, com capacidade de atuar com competência e responsabilidade na sociedade em que vivem, transformando-a a partir de suas perspectivas. Preparar o aluno com uma visão crítica sobre o meio em que vive é de grande importância para a sociedade, pois o indivíduo consegue fazer diferença entre as mais diversas situações encontradas.

A escola tem o compromisso de contribuir para a apropriação crítica do conhecimento e o desenvolvimento do estudante em todas as potencialidades buscando inclusive e principalmente auxiliar nos aspectos em que apresentam dificuldades. De acordo com a LDB 9394/96 os docentes devem promover meios para que os alunos se recuperem e consigam acompanhar o desenvolvimento da turma, ou seja, devem ser programadas atividades que não deixem o aluno ficar para trás. Neste caso a escola por meio de seus docentes trabalha para sanar as dificuldades do aluno nos mais variados aspectos.

De acordo com Pimenta (1991), a escola é um ambiente em que se adquire valores, tendo profissionais como uma visão de totalidade sobre a prática coletiva num trabalho orientado na relação professor-aluno, com professores e coordenadores pedagógicos que

saibam qualificar o ensino. A qualificação do aluno não ocorre apenas de maneira unilateral, mas ela é construída a partir da relação com o meio em que está inserida. O fato é que o ensino é construído e tem a participação de vários elementos e principalmente a do próprio aluno, pois sem ele não há construção do conhecimento, visto que ele é o sujeito de aprendizagem.

O ato de ensinar é complexo por si na medida em que é preciso ensinar numa população desconhecida [...] A presença do Pedagogo na escola é útil porque ele possui um repertório de conhecimentos que pode ajudar a equipe da escola no cumprimento da sua função. Estes conhecimentos precisam estar articulados no processo ensino aprendizagem com objetivos sócios políticos (Pimenta, 1991:178).

No contexto social atual, a LDB 9394/96 requer a formação de profissionais da educação com novas competências, ou seja, são profissionais capazes de lidar com as particularidades apresentadas pelos alunos. Estudar as diferenças, a realidade do aluno, conhecer suas dificuldades e dialogar com o aluno são elementos indispensáveis para uma educação de qualidade.

O perfil do aluno começa a ser formado a partir de sua relação com a primeira instituição que ele mantém contato, neste caso a família é o eixo central para a formação do perfil do aluno. Segundo Aranha (2002), toda educação transmitida pela família, existe para dar suporte, solo, horizonte para aprendizagem das relações de afetos. Essa educação informal intercedida pela família é um fenômeno que sofre transformação de acordo com o tempo e época em que está situada, já que cada momento histórico determina uma função social para a instituição familiar.

A família é o ambiente em que o aluno recebe os primeiros valores como o respeito, a educação, a parceria, a amizade, a solidariedade, entre outros que cooperam para um relacionamento social saudável.

O indivíduo recebe os valores da família em seu perfil e inicialmente é somente dela que ele faz essa captação. Mais adiante o indivíduo passa a ser aluno, ou seja, ele é inserido no ambiente escolar e a partir daí começa a desenvolver outros valores, pois está inserido em outro ambiente social.

De acordo com a CF/88 em seu artigo 205 dispõe que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

qualificação para o trabalho”. Observa-se que a família é uma das principais responsáveis pela educação dos alunos e ela deve assumir esta responsabilidade que lhe é cabida.

Apesar de a família ter um papel crucial para a educação, a CF/88 ressalta que a sociedade também tem participação para o desenvolvimento do aluno, ou seja, o perfil do aluno recebe influência do meio social em que está inserido. A escola é o ambiente que recebe tanto a escola quanto a comunidade em geral. Para Veiga (1995) a participação envolve os atores da escola e provoca nos responsáveis, conhecimento de causa da instituição escolar.

Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificam seu desenvolvimento com ela e, assim, acompanham melhor a educação ali oferecida. (Veiga 1995:12).

Observa-se aqui que a escola faz a interação com os variados segmentos da comunidade, cooperando para que o aluno tenha um desenvolvimento pleno. O aluno deve compreender sua história, seu meio social, reconhecer sua capacidade física e intelectual e sua força de trabalho.

Para que isso possa acontecer com mais facilidade, a escola deve demonstrar aos integrantes dessa construção a importância de sua participação na construção do projeto político pedagógico de maneira mais esclarecedora.

Neste sentido, é possível compreender que todos os membros fazem parte da comunidade escolar, sejam eles gestores, professores, funcionários, alunos, pais e comunidade. Cada uma dessas partes formam o todo e contribuem para o desenvolvimento do perfil do estudante no meio social.

A escola e a família possuem funções semelhantes em relação à educação dos indivíduos, porém elas não se sobrepõem uma a outras, mas se complementam. De acordo com Costa:

A responsabilidade de educar não é exclusivamente da Família nem da Escola. Se a Família atua de forma profunda e durante muito mais tempo, a Escola tem condições especiais para influir sobre o educando, pela formação especializada de seus elementos. Nenhuma das duas pode substituir totalmente a outra. Torna-se necessário o entrosamento, contribuindo cada um com a sua experiência. (Costa, 2006:46)

Neste sentido, a família e a escola devem trabalhar de maneira que uma ajude a outra na formação dos estudantes, pois ambas possuem o mesmo objetivo e suas ações devem estar conectadas.

O aluno do século XXI vem para o ambiente escolar com novas características, posto que a sociedade passa por constantes transformações. Com a virada do século e com a explosão da tecnologia, as novas modalidades de informação e conhecimento foram favorecidas e elas ganharam um caráter cultural, tanto dentro quanto fora da escola.

Observa-se que a maioria dos alunos possui habilidade para manusear um smartphone e seus aplicativos de comunicação e entretenimento. Os meios de comunicação produzem linguagens, conhecimentos, modos de vida, valores, entre outros, que desafiam a escola, quer na sua função de transmitir conhecimentos, quer no seu caráter socializador.

É natural encontrar argumentos pessimistas sobre o potencial dos meios de comunicação tecnológico, principalmente pelo fato de haver uma diversidade de conteúdos que podem distrair o aluno ao invés de auxiliar no processo de aprendizagem. Os meios de comunicação são considerados todo-poderosos, enquanto os jovens são vistos como receptores passivos das mensagens (Tiramonti, 2005).

Nota-se o paradigma que persegue a educação e que tenta impor limites na dinâmica de aprendizagem. O fato é que a tecnologia está presente na sociedade e também na escola, por isso a escola precisa atualizar-se a fim de abranger mais recursos para o processo de ensino-aprendizagem, utilizando os recursos que já são de conhecimento dos alunos.

Os jovens e adolescentes possuem facilidade para manusear a tecnologia e reconhecer isso é o primeiro passo para que a escola incorpore recursos na sua sala de aula. Os alunos precisam de orientação para se desenvolverem de maneira adequada, para isso o professor deve se atualizar, aprender e conhecer os recursos disponíveis no meio tecnológico e assim aplica-los da melhor maneira na sala de aula.

Assim sendo, a escola deve assumir esses meios tecnológicos como dimensão estratégica da cultura e poderá interagir com os fluxos de informação, as redes de intercâmbio, os cruzamentos das ciências etc. (Martin-Barbero, 2002).

1.6. O ELO ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE

É necessário que a comunidade e a escola tomem a responsabilidade de andar como parceiras, pois ambas são responsáveis pelo que produz, podendo uma interferir na outra a partir da influência que cada uma possui. A comunidade e a escola precisam criar através da educação uma força para ir além das dificuldades, ganhando uma identidade própria e de unidade, onde elas atuem como facilitadoras do desenvolvimento pleno do estudante.

Todo aluno é filho e cidadão ao mesmo tempo, ou seja, cumpre com deveres que estão dentro do contexto familiar, social e escolar, neste sentido é impossível colocar a escola separada da família e da comunidade. A tarefa de ensinar não é somente da escola, pois o aluno aprende também através da família, dos amigos, das pessoas, dos meios de comunicação, do cotidiano e de tudo que o cerca, portanto é necessário que a escola e a comunidade estejam envolvidas para o bem comum.

Devido as transformações que vem ocorrendo na família e na escola ao longo da história nota-se que a família em face das circunstancias terem que trabalhar o dia todo para ajudar no sustento da casa tem transferido para a escola algumas tarefas educativas que deveriam ser suas. A escola e a comunidade precisam estar muito bem alinhadas para atingirem os objetivos em comum, dos quais são responsáveis que é o desenvolvimento pleno do aluno. De acordo com Piaget (2007:50):

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...]

A troca de informações entre a escola e a comunidade é de grande valia, mas para que isso aconteça é necessário ter um ponto de partida e é neste contexto que a escola assume o papel de motivadora, ou seja, é dela que vem o ponto de partida, visto que a escola possui o conhecimento sobre o desenvolvimento humano, cognitivo, psíquico e como ocorre o processo de ensino aprendizagem. Pelo fato de a comunidade não compreender como ocorre

todo o processo de aprendizagem acabam tendo dificuldades em participar da vida escolar dos filhos.

Portanto, a escola ganha um importante papel na construção da parceria escola x comunidade, devendo considerar a necessidade da comunidade e criando meios para que ela participe ativamente das atividades escolares em benefício do desenvolvimento dos estudantes.

A aproximação da comunidade no contexto escolar é um ato de grande valia, pois ela passa a entender como funciona o processo de ensino-aprendizagem e como a escola trabalha para proporcionar uma educação de qualidade para os estudantes.

Observa-se na CF88 que existe a colaboração da sociedade para o desenvolvimento da pessoa, ou seja, a integração desses agentes é necessária para alcançar os objetivos da educação. Na mesma linha de pensamento a Lei de Diretrizes e Bases da Educação discorre em seu 1º artigo o seguinte “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (Brasil, 1996).

A legislação oferece suporte para que exista a inclusão da sociedade no contexto escolar, mas ainda assim não é suficiente para superar a falta de proximidade entre estas entidades, e essa é uma das grandes questões que tem sido discutida na educação. A escola não é uma tarefa que a escola possa realizar sozinha, sem suporte e sem a cooperação de outras instituições, e pelo que se nota a família e a sociedade são instituições que estão se aproximando aos poucos da escola e isso se dá pelo fato de a escola investir em métodos que integre a comunidade em seu contexto, dentre estas ações existe a gestão democrática enfatizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

De acordo com Reis (2007) “ a escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos. Essa boa relação entre a família e a escola deve estar presente em qualquer trabalho educativo que tenha como principal alvo o aluno.

A escola é a instituição designada pelo Estado por cumprir o papel de levar a educação para as pessoas, ela carrega a responsabilidade de oferecer os melhores métodos de ensino,

as melhores linhas pedagógicas, envolver os alunos, dar a oportunidade para que eles participem, aprendam e sejam os melhores em tudo que fizerem. Neste sentido a escola trabalha com bastante foco no desenvolvimento do aluno e cabe a ela exercer sua função educativa junto aos pais dos alunos, informando e discutindo sobre os mais variados assuntos pertinentes ao ambiente escolar e em como eles podem contribuir para o desenvolvimento dos alunos. Podemos observar nas palavras de Piaget que “[...] se toda pessoa tem direito à educação, é evidente que os pais também possuem o direito de serem, senão educados, ao menos, informados no tocante à melhor educação a ser proporcionada a seus filhos” (Piaget, 2007:50).

O elo entre a escola e a comunidade precisa ser fortalecido para que o processo de ensino-aprendizagem, pois isso tende a favorecer o desempenho escolar, visto que a criança passa boa parte do seu tempo no meio social, ou seja, na família e na sociedade em geral.

De acordo com Barroso (1998) seriam necessários alguns elementos para que a escola consiga integrar a comunidade em seu contexto, visto que existem muitas barreiras para que ocorra a integração da comunidade na escola, dentre elas a própria falta de interesse de ambos (escola e comunidade) em se relacionarem para alcançar um objetivo comum.

Transformar cada escola numa unidade autônoma de gestão, que concedesse aos seus sujeitos, meios para definirem suas políticas de estabelecimento de ensino e de planos de ação de acordo com a especificidade de cada um dos implicados no processo educativo, ou seja, alinhada aos interesses de pais, professores, alunos, enfim, de todos os que trabalham na escola. (Barroso, 1998:5).

Percebe-se que a escola tem se transformado e a sociedade também, por isso conceitos como a gestão democrática tem sido trabalhado com mais ênfase na educação, pois é notório os benefícios da participação de todos os envolvidos na educação na busca de um bem comum. Ainda que existam resistências se faz necessário integrar a comunidade na escola, principalmente no que se refere aos papéis de cada uma.

Sendo assim, compreende-se que a escola e a comunidade em parceria e na busca de um objetivo comum são de grande importância para que a educação seja beneficiada com suas ações, neste sentido vale desenvolver cada vez mais ações que estimulem o contato destas instituições e fortaleçam a participação ativa contribuindo para uma educação de qualidade.

A Escola Municipal de Balbina está localizada na Rua Manaus s/nº, vila Atroari – Distrito de Balbina, no Município de Presidente Figueiredo. Pertence a rede municipal de educação, em parceria com a empresa Manaus Energia. A Escola Municipal de Balbina foi criada pelo Decreto nº 681, em 02 de maio de 1991, em substituição ao extinto Colégio Pitágoras – Balbina, e iniciou suas atividades escolares em julho do mesmo ano. Foi autorizada a funcionar com os cursos, pré-escolar, de 1º a 2º graus não profissionalizantes, pelo Parecer n.º 026/93 – CEE/AM.

Na época da criação da escola, a necessidade de aprovação das grades curriculares adotadas para os anos de 1991 e 1992, utilizadas pelo Colégio Pitágoras, retardou a inauguração oficial, que somente veio ocorrer no dia 02 de agosto de 1991. O Decreto nº 1262 de 27 de março de 2000 revogou o anterior e instituiu a Escola Municipal de Balbina, oferecendo as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil (Pré-escolar e Alfabetização); Ensino Fundamental de 1ª a 8ª séries; Ensino Médio; EJA – Educação de Jovens e Adultos de 1ª a 4ª etapas.

A construção do prédio onde atualmente funciona a escola foi projetada para atender uma clientela específica das classes alta e média da sociedade balbinense na década de 80. Filhos dos funcionários das empresas Eletronorte (atual Manaus Energia) e Andrade Gutierrez, que prestavam serviços às Centrais Elétricas do Norte do país. Portanto por se tratar de uma escola particular de caráter privado, manteve em sua estrutura todos os recursos básicos de uma instituição escolar de primeiro mundo. Por muitos anos foi considerada por sua estrutura, organização e qualidade do ensino, como uma das melhores escolas do Brasil. Com a conclusão das obras da UHE – Balbina, muitos funcionários foram transferidos com suas famílias, reduzindo em número e modificando as características da população local, pois algumas famílias autônomas que habitavam as redondezas passaram a usufruir os benefícios comunitários que a vila oferecia assim o prédio da escola e o hospital e alguns serviços essenciais passaram a ser mantidos e administrados pela esfera pública municipal de Presidente Figueiredo.

A nossa realidade social, por ser constituída por diferentes classes e grupos sociais, é contraditória, plural, e isso implica a presença de diferentes pontos de vista e projetos políticos, será então possível compreender que seus valores e seus limites são contraditórios.

Por outro lado, é possível compreender que esses limites são potencialmente transformados pela ação social.

A Escola Municipal de Balbina não espera mudar a sociedade sozinha, mas pode, compartilhando esse projeto com seguimentos sociais que assumem os princípios democráticos, articulando-se a eles, constituir-se não apenas como espaço de reprodução, mas também como espaço de transformação.

A contribuição da escola, portanto, é a de desenvolver um projeto de educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la.

A Escola Municipal de Balbina demanda uma educação de qualidade que garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual esperam ver atendidas suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas.

A escola deve assumir-se como espaço de vivência e discussão dos referenciais éticos, não uma instituição normatizadora, mas um local social privilegiado de construção dos significados necessários de toda e qualquer ação de cidadania, promovendo discussões sobre a dignidade do ser humano, igualdade de direitos, recusa de formas de discriminação, importância da solidariedade, não como metas a serem atingidas num futuro distante, mas como prática efetiva.

A Escola Municipal de Balbina desenvolve suas atividades pedagógicas seguindo a Pedagogia Libertadora segundo Paulo Freire, e a Pedagogia sócio construtivista segundo Vygotsky.

A educação libertadora organiza-se como um processo em que as pessoas sejam sujeitas do seu próprio desenvolvimento, analisa criticamente as ideologias dando importância, aos métodos como possibilidade de abertura para o saber e para a consciência. A escola entende que não bastam ter conteúdos sociais atuais, as relações interpessoais e intrapessoais do homem com a natureza e com o próprio homem, visando à transformação da realidade e a construção de uma nova realidade. Assim professores e alunos, aprendem com os fatos da vida, inseridos na realidade que analisam e buscam transformar e melhorar, criando um novo ambiente de interpretação das experiências da vida, defendendo seus interesses de classe.

Com relação à teoria Sócio construtivista a aprendizagem caracteriza-se como atividade mental construtiva, que parte de conhecimentos prévios dos alunos.

Os alunos, de acordo com sua realidade social e experiências pessoais e interpessoais, apresentam uma diversidade de conhecimentos prévios e cada qual possui repertório distinto. E a construção destes conhecimentos que modificam a realidade física e mentalmente, constroem significados, novas ações e conhecimentos. O sujeito constrói as representações através da lógica interna que, com representações e associações sucessivas que expressam uma construção inteligente que faz sentido para ele e, no entanto podem parecer incoerentes para os outros.

A tradição escolar que não faz distinção entre os erros construtivos com os enganos ou desconhecimentos, considerava que a ausência de erros era a evidência de aprendizagem, porém, sabe-se que o erro construtivo faz parte do processo de construção do conhecimento é um dos fatores intrínsecos à aprendizagem e possibilitam os ajustes à ação pedagógica. A dicotomia da construção do conhecimento com a transmissão dos conteúdos faz parte da rotina da escola, o desafio é atingir o ponto de equilíbrio.

As ligações entre o processo de desenvolvimento da aprendizagem com o ambiente sociocultural, segundo Vygotsky, se desenvolvem sob a influência mútua, ressaltando que a “zona de desenvolvimento proximal” situada entre o conhecimento prévio que o aluno possui e o que ele pode aprender com a interferência e a influência dos outros.

A interação entre as duas teorias a Libertadora e a Sócio construtivista, reflete na boa aprendizagem, a ação coletiva entre as pessoas, permitindo o intercâmbio de informações, onde os alunos expõem tudo o que sabem e pensam sobre o assunto, que sejam feitos desafios cujo objeto seja repleto de significação sociocultural real.

Pode-se dizer que o valor agregado ao indivíduo que termina o seu processo de aprendizagem em uma escola é a aquisição de aptidões intelectuais, físicas e morais que o habilitem a ser cidadão. Para se chegar a este resultado, um grande número de processos é conduzido diariamente, todos eles envolvendo pessoas (gestor, professores, pedagogos, alunos, funcionários, comunidade) materiais didáticos, métodos pedagógicos, currículos, infraestrutura, ambiente adequado, equipamentos, entre outros aspectos.

O nosso país apresenta desafios sócio educacionais diários, e a escola como arrimo da educação tradicional, deve-se perguntar sobre o seu papel na construção de cidadãos, o que tem feito para atender as necessidades de seus alunos e da sociedade.

A escola deve facilitar a formação de um cidadão consciente, crítico conhecedor de seus direitos e deveres, e comprometido com uma sociedade mais solidária e humana, em tempos de globalização. A Escola precisa proporcionar situações reais de respeito, cidadania, solidariedade, liberdade, organização, criatividade e desenvolver valores éticos e morais comprometidos com uma sociedade mais justa, para que os alunos sejam atores sociais conscientes e participativos das transformações da sociedade.

Além disso, as escolas municipais e estaduais devem adequar-se às novas exigências da LDB, no que tange as referências contidas no Art. 12, incisos II e VII, que rege que os estabelecimentos de ensino, respeitada as normas comuns e as de seus sistemas de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, informar os pais e responsáveis sobre a frequência do rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Tratando-se de uma construção coletiva, faz-se necessário a realização de um trabalho de sensibilização de todos os envolvidos no processo educacional e da comunidade como um todo, de forma que garanta a efetiva participação nas discussões, pesquisas, reuniões, exposição de ideias, na elaboração e implementação dos planejamentos, projetos, dentre outras propostas que viabilizem a melhoria da qualidade do ensino na escola.

A Escola Municipal de Balbina, consciente de seu papel sócio educacional, está trabalhando na efetivação do seu Projeto Político Pedagógico, disposta a enfrentar os desafios da participação coletiva e democrática, na ação interdisciplinar de seu corpo docente, administrativo, de apoio, o núcleo familiar e a comunidade, no esforço de avaliar seus procedimentos atuais de ensino, a metodologia e técnica de avaliação, a fim de corrigir e minimizar seus pontos a serem melhorados como os índices de flutuação, evasão escolar e de reprovação.

Conscientes da prática educativa que se deseja desenvolver na escola e o cidadão que se quer formar, nós devemos ter a coragem de mudar de atitude e incorporar novos saberes, desenvolver as novas habilidades e competências, devemos ter o conhecimento para embasar nossas ações, e agir com o coração, respeitar as diferenças, e construir um mundo mais digno para todos.

Localizada no bairro Atroari, Rua Manaus s/nº, com uma área construída de 41.600 m², é composta de sete blocos. O edifício é em alvenaria com a estrutura de telhado em madeira, o piso em concreto de alta resistência; o forro em lambri; e a cobertura em telha amianto. O bloco do ginásio coberto manteve os mesmos detalhes construtivos, exceto na estrutura, que é metálica. Pertence a rede municipal de Educação em parceria com a empresa Manaus Energia e é conveniada com a Secretaria Estadual de Educação.

O aspecto social da Vila de Balbina influencia na vida escolar. A vila possui duas Vilas: a Waimiri com casa de alvenaria, com três tipos distintos, para funcionários e prestadores de serviços e a Atroari, vila provisória que acabou tornando-se permanente, com moradores que vivem da economia informal, principalmente da pesca no lago do reservatório.

A construção do prédio onde atualmente funciona a escola foi totalmente projetada para atender uma clientela específica das classes alta e média da sociedade balbinense na década de 80, filhos dos funcionários das empresas Eletronorte (atual Manaus Energia) e Andrade Gutierrez, que prestavam serviços às Centrais Elétricas do Norte do país. Portanto por se tratar de uma escola particular de caráter privado, mantiveram em sua estrutura todos os recursos básicos de uma instituição escolar de primeiro mundo. Foi considerada por muitos anos, por sua estrutura, organização e qualidade do ensino, como uma das melhores escolas do Brasil.

Enquanto o prédio pertencia à esfera privada, era mantido e conservado por verbas federais e estatais. No entanto com a conclusão das obras da UHE – Balbina, muitas famílias dos funcionários se retiraram do local, reduzindo a população do vilarejo e assim algumas famílias autônomas que habitavam as redondezas, ocuparam as casas deixadas pelos funcionários e assim passaram a usufruir dos benefícios comunitários que a vila oferecia. Dessa forma, o prédio da escola e o hospital passaram a ser mantidos e administrados pela esfera pública municipal de Presidente Figueiredo.

Atualmente o prédio encontra-se depredado, com alguns imobiliários deteriorados, salas, laboratório e parque infantil, desativados e um complexo esportivo em funcionamento precário. A escola não é informatizada e muito menos conectada à Internet e, portanto, não oferece a sua clientela nenhum programa de atualização ou acompanhamento dos avanços tecnológicos.

A escola tem sofrido com a falta de recursos. Os professores, pais, alunos e funcionários demonstram-se insatisfeitos com a escola e não sabem o que fazer com os problemas aparentemente insolúveis. A qualidade do ensino oscila entre bom e regular. E apesar de quase todos os professores terem concluído o Ensino Superior, e muitos estarem cursando a pós-graduação, a escola impossibilita esses profissionais de colocar em prática, o que aprenderam.

O povo mostra-se indignado, mas até o momento não se percebeu nenhuma mobilização da comunidade e nem da classe do professorado, a fim de reivindicarem melhores condições de trabalho e ensino e conseqüentemente mais respeito e dignidade para com a comunidade escolar e acima de tudo mais respeito com o principal prejudicado de todo esse processo: o aluno.

Talvez toda essa acomodação tenha uma explicação, pois a maioria da população balbinense, tanto professores como pais de alunos, não conhecem ou não sabem interpretar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei do FUNDEF, a função do CEE, dentre outras que assistem as escolas públicas de ensino. Mesmo porque, não é do interesse dos governantes do município promover palestras esclarecedoras acerca das interpretações das inúmeras leis que beneficia a educação nas camadas populares do país.

A maioria dos gestores nomeados, por indicação política, além de não ter autonomia para atuar, não tem formação específica na área de gestão escolar. Essa situação aconteceu também com os coordenadores e supervisores, que disputavam uma luta acirrada pelo poder. O diálogo e a ética profissional davam lugar às divergências e egocentrismo político. Muitos comunicados repassados aos professores são confusos deixando os mesmos desorientados e desinformados.

A reclamação de pais e falta de interesse de alunos é generalizada, devido a este emaranhado de problemas. As divergências políticas tomam conta do idealismo pedagógico da escola. A instituição não tem autonomia para agir, ficando subordinada às ordens da Secretaria Municipal de Educação.

A culpa do fracasso escolar é atribuída às famílias e aos professores. Enquanto isso, a qualidade do ensino da Escola Municipal de Balbina, antes considerada como uma das melhores do município, hoje o conceito está entre ruim a insuficiente. Muitas famílias já abandonaram a vila, em busca de uma melhor educação instrucional para seus filhos. Desanimaram-se com tantos problemas e descasos. A comunidade ainda restante são filhos

de operadores das máquinas na UHE, filhos de pescadores, funcionários da prefeitura, comerciantes e vendedores ambulantes.

Apesar da perplexidade de todos, muitos não têm iniciativa de mobilização. Mas utilizam um recurso, que contribuem em nada, mas é o mais fácil, que é o de jogarem a culpa um para o outro, governo, pais, alunos, professores, gestores, M. Energia, prefeitura. Tais constatações diagnosticadas nesse contexto de divergências políticas, consideramos de grande importância para discutirmos algumas temáticas e interrogações pendentes acerca da desorganização política-pedagógica dessa escola, que vem enfrentando direta ou indiretamente, nos últimos anos, o processo de transmissão, assimilação e produção do conhecimento, nesse estabelecimento de ensino.

A elaboração de proposta curricular de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases é incumbência do corpo docente. É o momento de pôr em prática as teorias pedagógicas e as tendências escolhidas pelos educadores da escola, é preciso traçar seus objetivos, e construir o saber profissional e pedagógico; de propor ações que deem respostas às necessidades e anseios da comunidade escolar. Uma direção seguida por pais, alunos, funcionários e o diretor, juntos gerindo a escola.

No entanto, na Escola Municipal de Balbina, muitos educadores têm em mente o projeto da “escola ideal” dos seus sonhos, mas não se mobilizam para transformar a “escola real”. Muitos acreditam que a escola é a mola propulsora para desenvolvimento do homem, mas esquecem que a escola por si só não pode exercer essa tarefa, pois a tarefa de construção de uma democracia econômica e política pertencem a várias esferas de atuação da sociedade, a escola é apenas uma delas. Cabendo aos educadores refletir sobre o papel insubstituível da escola, quando nos referimos a preparação de pessoas que atuarão nos diversos seguimentos da sociedade, pessoas capazes de enfrentar as exigências postas pela sociedade moderna, de formar cidadãos.

Todavia percebeu-se uma alienação generalizada da visão da escola, ou melhor, dos membros da comunidade. Bitolados, enfadados com tantos problemas de indisciplina, falta de material, desvalorização, sem a devida orientação pedagógica, sem contar com o afastamento dos grandes centros urbanos do Estado. Ou seja, todos alienados pelo processo/sistema que lhes impõem limites e restrições na realização de projetos e ideais na educação, hipoteticamente falando.

Na verdade, o que observamos é a falta de um Projeto Político Pedagógico, comprometido com os princípios de uma escola cidadã, constituído de um verdadeiro processo de formação da consciência intelectual e física, visando recuperar a importância e a necessidade do planejamento na educação. Um projeto como afirma Gadotti, que “seja instituinte e não negue o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto de seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto que confronte o instituído com o instituinte.” (2000:34).

Por razões pedagógicas e técnico-administrativas inerentes ao compromisso da escola com a educação e o ensino, reforçam-se hoje a necessidade e o desafio de cada escola construir o seu próprio projeto político – pedagógico e administrá-lo. Não se trata meramente de elaborar um documento, mas, fundamentalmente, de implantar um processo de ação-reflexão, ao mesmo tempo global e setorializado, que exige o esforço conjunto e a vontade política da comunidade escolar consciente da necessidade e da importância desse processo para a qualificação da escola, de sua prática, e consciente, também, de que seus resultados não são imediatos.

O Projeto Político-Pedagógico delineia de forma coletiva a competência principal esperada do educador e de sua atuação na escola. Ao delinear essa competência, o projeto político-pedagógico consolida a escola como lugar central da educação básica, numa visão descentralizada do sistema. Ao ser discutido, elaborado e assumido coletivamente, oferece garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade esperada no processo educativo e, assim, sinaliza o processo educativo como construção coletiva dos professores envolvidos. E, ainda, ao se constituir como processo, indica e reforça a função precípua da direção da escola e da equipe diretiva ou coordenadora de cuidar da “política educativa”, do alcance e da globalidade do processo educativo na escola e liderá-lo, administrando a consecução dos objetivos. No intuito de dar suporte aos alunos do Município de Balbina, a escola possui uma área de 41.600m², dividida por pavilhão como mostra a tabela 1:

Tabela 1. Dependências da escola

Dependências da Escola			
1° Pavilhão:	2° Pavilhão:	3° Pavilhão:	4° Pavilhão:
01 Diretoria 03 Supervisão 01 Secretaria 01 Auditório 01 Sala dos professores 01 CPD 01 Biblioteca 01 Almoxarifado 01 Depósito de livros 02 Banheiros: masculino e feminino.	05 Salas de aula: todas com banheiro 01 Pátio 02 Banheiros externos: masculino e feminino	08 Salas de aula de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries 02 Banheiros	09 Salas de aula de Ensino Fundamental I 02 Banheiros 01 Sala de Leitura
5° Pavilhão	6° Pavilhão:	7° Pavilhão:	8° Pavilhão:
01 Sala de Artes 01 Laboratório 01 Sala da TV Escola 01 Sala de Música 01 Sala de Instrumentos 01 Depósito	02 Cantinas 01 Cozinha 01 Refeitório 01 Depósito de Merenda 01 Depósito de Material de limpeza	01 Quadra coberta 01 Sala de espelho 02 Vestiários: masculino e feminino 03 salas diversas	01 Campo de futebol 02 Quadras de futsal 01 Pista de atletismo

Fonte: PPP Escola Balbina

Natália Soares e Sergei Soares (2007) apontam “a necessidade de conhecer melhor a condição atual das escolas do país, em especial as públicas, responsáveis por 90% da matrícula do ensino fundamental” (Soares; Soares, 2007:7). A estrutura e o ambiente escolar colaboram para o desenvolvimento adequado dos alunos, principalmente em relação aos alunos que possuem necessidades especiais. Para estes casos há a necessidade de ajustar a estrutura da escola e não tentar adequar o aluno a mesma.

Além da estrutura física, a escola apresenta equipamentos e materiais para dar suporte ao desenvolvimento das atividades escolares, a tabela 2 demonstra essas informações:

Tabela 2. equipamentos e materiais da escola

Qt.	Recursos Materiais	Qt	Recursos Materiais
02	Freezer	02	Cx de som
03	Televisores	01	Mimeógrafo
01	Fogão industrial	504	Carteiras
01	Liquidificador industrial	164	Mesas (alunos)
02	Bebedouros industriais	209	Cadeiras
02	Bebedouro pequeno	18	Mesas (professores)
02	Computador com impressora	32	Mesas Infantis
15	Mapas	128	Cadeiras Infantis
200	Livros de histórias	68	Ventiladores
900	Livros didáticos	30	Armários

Fonte: PPP Escola Balbina (2019)

Os materiais disponíveis no ambiente escolar são de grande importância para o desenvolvimento das atividades diárias, pois sem eles o trabalho docente ficaria comprometido.

Por outro lado, o corpo docente da escola abrange todas as áreas especificadas pelo currículo escolar. A estrutura administrativa da escola oferece à comunidade escolar do município de Balbina a modalidade de Ensino Fundamental e EJA – nos turnos matutino, vespertino e noturno. Sua estrutura administrativa se organiza através de uma gestão escolar participativa que envolve corpo docente, discente e administrativo-pedagógico funcional, bem como a APMC. Observemos a tabela 3:

Tabela 3. Corpo docente

Recursos Humanos
Quadro Docente e Técnico Administrativo

Qt.	Cargo	Habilitação
01	Gestora	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas
03	Pedagogos	Licenciatura Plena em Pedagogia Com Especialização em Gestão da Educação com ênfase em Administração e Supervisão Escolar.
02	Professoras	Licenciatura Plena em Pedagogia 1ª a 4ª séries
02	Professores	Licenciatura Plena em Matemática
01	Professor	Licenciatura Plena em Filosofia
02	Professores	Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa
02	Professores	Licenciatura Plena em Educação Física.
01	Professor	Licenciatura Plena em História
01	Professora	Licenciatura Plena em Letras – Língua Inglesa
01	Professor	Licenciatura Plena em Geografia
13	Professores	Licenciatura Plena em Normal Superior

A Lei n. 12.014 de 06 de agosto de 2009 determina o perfil do profissional da educação básica, a partir desta determinação foi estabelecida a exigência mínima para que o professor possa atuar na educação. Vejamos o texto da lei:

[...] Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I - Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II - Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim (Brasil, 2009).

A equipe docente é composta por educadores com formação de nível superior e parte do quadro efetivo do município. O administrativo é constituído em sua maioria por servidores efetivos e apenas um em regime de contrato temporário. A maioria possui formação em nível médio e outros em nível técnico.

Sabemos que a formação dos professores e do corpo técnico é fundamental para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade na educação, pois a partir da formação do profissional é possível atuar melhor na sua profissão. De acordo com Libâneo (2001):

Formar-se é tomar em suas mãos seu próprio desenvolvimento e destino num duplo movimento de ampliação de suas qualidades humanas, profissionais, religiosas e de compromisso com a transformação da sociedade em que se vive [...] é participar do processo construtivo da sociedade [...] na obra conjunta, coletiva, de construir um convívio humano e saudável (Libâneo, 2001:13-14).

O profissional que deseja alcançar maiores níveis dentro de sua carreira deve dar continuidade na sua formação, pois com a formação continuada o professor irá ampliar sua visão acerca da educação, assim como, o técnico saberá atuar em colaboração com a escola. A formação do professor faz elo entre a profissão e a construção da identidade do educador ao formalizar a dinâmica social do seu trabalho docente.

O quadro técnico é composto por funcionários em diversas áreas do ambiente escolar, visando melhor atender aos alunos. A tabela 4 demonstra a parte administrativa da escola:

Tabela 4. Servidores administrativos

Quadro dos Servidores: Administrativos e Serviços Gerais		
Qt	Cargo	Escolaridade
01	Secretária Escolar	Ensino Médio
01	Agente Administrativo	Ensino Médio
02	Agente Administrativo	Ensino Médio
07	Monitoras da Educação Infantil	Ensino Médio
02	Inspetoras do Ens. Fundamental-I	Ensino Médio
02	Inspetoras do Ens. Fundamental-II	Ensino Médio

03	Auxiliares de Biblioteca	Ensino Médio
10	Manipuladores de Alimentos	Ensino Médio
03	Aux. Segurança	Ensino Médio
02	Serviços Gerais	Ensino Fundamental
10	Serviços Gerais	Ensino Médio

Fonte: PPP Escola Balbina (2019)

A escola, portanto, faz o oferecimento da Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio do Estado e Educação de Jovens e Adultos – 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapa. Vale destacar que a EJA funciona apenas no período noturno, visto a necessidade de os alunos desta modalidade trabalharem durante o dia.

A Escola é mantida pela Secretaria Municipal de Educação, de onde são repassadas verbas que auxiliam no seu trabalho administrativo e pedagógico. Vale ressaltar que os recursos são insuficientes e, portanto, não atendem as necessidades da escola, além disso, a Associação de Pais, Mestres e Comunidade está inativa sem alguma utilidade para escola, somando-se a isso, os eventos como festas e bingos não têm apresentado resultados satisfatórios.

A educação infantil tem a orientação metodológica baseada nas atividades naturais da criança, atendendo aos vários aspectos da vida cotidiana. No ensino fundamental I e II a metodologia que norteia a proposta curricular tem como ponto comum, para todos os componentes curriculares, a aula expositiva, dialogada (ensino-aprendizagem baseado na exposição oral e visual dos conteúdos) com apoio de tecnologias educacionais dependentes e independentes.

No ensino fundamental, o currículo valoriza o aspecto cognitivo, como também aspectos éticos, estéticos, físicos, de inserção social, relações interpessoais, intrapessoais, atualidades. A metodologia baseia-se na transversalidade. Dos alunos do ensino fundamental espera-se que adquiram habilidades e desenvolvam competências para resolver problemas do cotidiano e que construam os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais, dentro da formação holística.

Os índices disponibilizados pela escola são interessantes para a pesquisa, pois demonstram o cenário da educação em relação a aprovação, reprovação e desistência.

No ano de 2018, as estatísticas da Escola Municipal de Balbina indicaram o índice de 71,3 % de aprovação, 10,9 % de evasão e 11,7% de repetência.

Tabela 5. Índice da educação infantil

Educação Infantil					
Anos	Nº de Crianças	Aprovados	Reprovados	Desistentes	Transferidos
Maternal II - A	20	13	-	06	01
Maternal III A /B	43	36		06	01
1º Período A/B/C	50	37	-	11	02
2º Período A/B	36	26	-	06	04

Na Educação Infantil, obtemos os maiores níveis de aprovação, dos 149 alunos, 112 foram aprovados. Nesta etapa da Educação Escolar, as crianças que frequentam a escola têm mais acompanhamento em casa. Assim é uma tendência natural que eles atinjam estes níveis de aproveitamento. Entretanto ainda pode-se observar que há 29 desistentes, pois alguns pais ainda cedem aos pedidos das crianças em não frequentar a escola, ou erroneamente consideram que esse período não é importante na formação da criança.

Tabela 6. Ensino fundamental I

Ensino Fundamental – I: 1º ao 5º Ano					
Anos	Nº de Alunos	Aprovados	Reprovados	Desistentes	Transferidos
1º Ano A/B/C	45	37	-	03	05
2º Ano A/B/C	62	56	-	-	05

3º Ano A/B/C	69	50	14	03	02
4º Ano A/B/C	54	46	-	02	06
5º Ano A/B/C	49	42	04	01	02

Nas séries iniciais do Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, verifica-se um índice maior de reprovação do que nas séries finais do Ensino Fundamental – II. Esta é uma tendência comum de se observar dada ao grau de dificuldade das séries iniciais, principalmente considerando que muitas crianças entram na primeira série sem ter frequentado a Alfabetização. Não raro observamos o quadro de distorção idade / série, com crianças de 13 a 14 anos no 1º e 2º ano, alguns “inaugurando” a escola, outros, por sentirem-se deslocados, e com baixa autoestima recorrente por reprovações sucessivas.

Alguns alunos que ficam em estágios intermediários acabam sendo reprovados e tem de começar tudo de novo. Estes casos devem ser vistos pela escola, caso a caso, juntos, professores, pedagogos e pais e resolverem o que se pode fazer de melhor pelo bem da criança. Quando os alunos têm uma formação sólida e completa, com interação perfeita (ou quase) entre a família e a escola, são menos suscetíveis a desempenhos ruins.

Entretanto uma escola compromissada com uma educação de qualidade para formar cidadãos, deve estar preparada para elevar sempre o nível de aproveitamento dos alunos, e não só a estatística de aprovados e reprovados.

Tabela 7. Ensino fundamental II

Ensino Fundamental – II: 6º ao 9º Ano					
Anos	Nº de Alunos	Aprovados	Reprovados	Desistentes	Transferidos
6ºAno A/B/C	60	47	17	05	01
7º ano A/B	42	32	05	01	04

8º ano A/B	47	33	07	05	07
9º ano A/B	49	37	03	03	04

Obs.: 01 Óbito no 9º ano e 26 alunos foram aprovados com dependência.

Outro fenômeno comum no 6º ano do Ensino Fundamental II é a mudança radical de sistema, com muitos componentes curriculares e diversos educadores, onde os estudantes acabam por sofrer um grande choque, devido a essas tantas mudanças que podem trazer bloqueios emocionais aos mesmos. Nesta fase de pré-adolescência e adolescência, normalmente fica conturbada pelo desenvolvimento corporal.

Tabela 8. Educação de Jovens e Adultos

Ensino Fundamental – EJA					
ANO	Nº de Alunos	Aprovados	Reprovados	Desistentes	Transferidos
2ª Etapa U	11	03	-	08	-
Etapa U- 1ºBloco	38	07	-	29	02
Etapa U-2º Bloco	21	10	-	11	-
Total Geral	70	20	0	48	02

No Distrito de Balbina, houve o fenômeno de comportamento estereotipado, como uma febre ou modismo, de iniciação sexual precoce e gravidez na adolescência sendo registrado cerca de 150 adolescentes grávidas entre 2009 a 2010, com idades variando de 13 a 17 anos. Soma-se a isso um problema social de grandes proporções, pois a possibilidade de emprego em Balbina é muito reduzida, como não há indústria.

O índice geral de aprovação nesta etapa não é ruim, mas sabemos que poucos alunos estão acima da média, e a taxa de 5% de alunos aprovados com dependência gera outro

problema: a escola não oferece a disciplina em outro horário, então a recuperação acaba sendo falha em alguns aspectos.

No ensino Fundamental EJA 1ª e 2ª Etapas, observa-se o fenômeno da desistência em massa. Como é um processo acelerado de ensino-aprendizagem, os alunos que não tem uma boa formação, ou um estímulo elevado desistem por sentirem-se incapazes de acompanhar o ritmo de estudo imposto. Agravando a situação, os materiais didáticos (apostilas) destinados a esse processo, quando chegam, geralmente estão atrasados, prejudicando o interesse e desempenho dos alunos.

SEGUNDA PARTE: CAPÍTULO III

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentamos a estrutura metodológica com a qual esta pesquisa foi abordada. De acordo com os objetivos da pesquisa, é proposta a abordagem quantitativa, descritiva e transversal, tipo pesquisa. Por meio dessa metodologia, busca-se uma busca sistemática e empírica sobre as causas dos fenômenos para determinar os fatores que determinam a situação. Em outras palavras, são analisadas as razões que favorecem o abandono.

Da mesma forma, são explicadas as fases da investigação pela qual está passando, a técnica e o instrumento aplicados, seu processo de validação e confiabilidade, o contexto de trabalho, os sujeitos em estudo e, finalmente, os dados quantitativos das respostas dadas pelos participantes.

3.1. OBJETIVOS

A formulação dos objetivos da pesquisa é uma das etapas fundamentais na construção do plano de tese e no desenvolvimento subsequente da pesquisa, uma vez que esses serão os pontos de referência que orientarão o trabalho de pesquisa e definirão o escopo da pesquisa. investigação.

Segundo Sautu, Boniolo, Dalle e Elbert (2005), os objetivos constituem uma construção do pesquisador para abordar um tópico ou um problema da realidade a partir do referencial teórico selecionado. Além disso, eles devem ser suscetíveis de serem respondidos no processo de investigação.

Nas palavras de Campoy (2019), os objetivos devem responder o que da pesquisa e consistir em definir de forma clara e concisa o que se pretende obter e o que fazer com os resultados da pesquisa. Os objetivos são o GPS da investigação.

Conseqüentemente, de acordo com o problema proposto e as questões de pesquisa, formulamos os seguintes objetivos:

Objetivo general

Identificar as causas e os fatores do abandono de estudo da EJA

Objetivos específicos

- 1°. Determinar os fatores que influem o abandono de estudo.
- 2°. Detectar as causas do abandono de estudo.
- 3°. Apresentar propostas para minimizar o abandono de estudo.

A seguir, justificamos os objetivos com base em como obter informações e sua importância na pesquisa.

Em relação ao objetivo 1

Importância: eles permitem determinar as dimensões a partir das quais as informações serão obtidas (pessoal e acadêmica e institucional).

Critério: as duas dimensões do questionário

Em relação ao objetivo 2

Importância: Determinar as causas de abandono dos estudos permitirá intervir para minimizar este problema.

Critério: As informações serão fornecidas pelos motivos do questionário para o abandono dos estudos.

Em relação ao objetivo 3

Importância: As causas conhecidas permitirão ações para reduzir o abandono.

Critério: analisando os resultados do questionário.

Tabla 9. Preguntas y objetivos de investigación

PERGUNTAS	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Que dimensões explicam as causas do abandono?	Identificar as causas e os fatores do abandono de estudo da EJA	Determinar os fatores que influem o abandono de estudo
Pode-se determinar as razões do abandono?		Detectar as causas do abandono de estudo
É possível intervir na Escola Municipal de Balbina-Amazonas para reducir as taxas de abandono?		Apresentar propostas para minimizar o abandono de estudo

3.2. VARIÁVEIS DA INVESTIGAÇÃO

Uma variável é uma característica de algo que pode levar mais de um valor ou ser expresso em várias categorias (Sierra Bravo, 1994).

Morales (2012) define a variável como algo que podemos observar, codificar ou quantificar nos sujeitos que investigamos.

Uma variável é uma propriedade que pode mudar e cuja variação é mensurável.

É uma característica, atributo, condição de uma pessoa ou situação experimental que varia de uma pessoa para outra, de uma condição experimental para outra (Campoy, 2019).

As variáveis de nosso estudo nos permitiram preparar o perfil dos participantes da pesquisa, bem como estabelecer se existem diferenças significativas com base nas características da amostra, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 10. Variáveis em estudo

FATOR	VARIÁVEL
Associado a dados gerais	✓ gênero
Variável e categoria	
gênero	✓ homem
	✓ mulher

3.3. CRONOGRAMA DA INVESTIGAÇÃO

A seguir, apresentamos o Plano de Trabalho que seguimos para a realização deste estudo, composto por quatro fases, nas quais refletimos as atividades seqüenciadas, bem como o tempo aproximado que cada um ocupa.

Tabela 11. Cronograma de atividades

FASES	ESTRATEGIAS METODOLÓGICAS	TEMPO
1ª FASE (Planejamento do estudo)	<ul style="list-style-type: none"> – Revisão bibliográfica. – Definir e definir os objetivos da pesquisa. – Preparação do instrumento (resposta de múltipla escolha) – Validação de instrumento – Delimitação da população e seleção da amostra. 	6 meses
2ª FASE (Aplicação e coleta de dados)	<ul style="list-style-type: none"> – Aplicação do Questionário Abandono dos Estudos Universitários 	3 meses
3ª FASE (Análise de dados)	<ul style="list-style-type: none"> – Análise de dados do questionário: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Processamento de dados por computador através do SPSS v.23. 	6 meses
4ª FASE (Resultados, conclusões, Propostas)	<ul style="list-style-type: none"> – Discussão de resultados e comparação de estudos (quantitativos e qualitativos). – Elaboração das conclusões – Elaboração de propostas 	4 meses

3.4. DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

De acordo com o problema e os objetivos da pesquisa, propomos o paradigma quantitativo, método descritivo, transversal, tipo de pesquisa, modalidade explicativa causal, por meio da qual se pretende conhecer os motivos pelos quais os alunos abandonariam seus estudos.

A pesquisa está enquadrada na metodologia quantitativa porque, segundo Briones (2002) e Meza (2002), concebe a realidade como simples, viável e fragmentada, e a sociedade como uma soma das características e comportamento dos indivíduos (dimensão ontológica); você quer conhecer as características de um conjunto de indivíduos (dimensão epistemológica); seu desenho é linear e estruturado (dimensão metodológica); lida com eventos factuais, que respondem a uma realidade social (nível de realidade); usa sistemas estruturados como o questionário (sistemas de coleta de informações); utiliza técnicas estatísticas (análise de dados); e desenvolve o conhecimento na forma de generalizações (nível de generalização).

Com essa abordagem, o objetivo é descrever situações e como o fenômeno se manifesta. Caracteriza-se por ser de fácil execução, identifica um segmento da população e permite a coleta de dados sobre possíveis variáveis de risco.

Da mesma forma, a pesquisa é transversal, uma vez que os dados são coletados apenas uma vez e são usados para determinar as características de uma população em um determinado momento.

3.5. ELABORAÇÃO E VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

O questionário (é o documento que coleta de forma organizada as questões sobre o objetivo das pesquisas (Rojas, Fernández e Pérez, 1998).

No presente estudo, o "EJA Study Dropout Questionnaire" é aplicado. Na elaboração disso, foram considerados os seguintes trabalhos: Abello et al. (2012) e Almeida Academic Living Questionnaire (QVA-r), Ferreira Han Zoare (2002); O Questionário de Abandono de Estudos da EJA consiste em 25 itens agrupados em 2 dimensões: motivos pessoais (10 itens) e motivos acadêmicos e institucionais (15 itens).

É um questionário de resposta múltipla, no qual o entrevistado pode marcar mais de um.

Tabela 12. Distribuição dos itens do questionário

Dimensión	ítems	Opción respuesta
Motivos pessoais	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	Fechada/múltipla
Motivos acadêmicos e institucionais	11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25	Fechada/múltipla

Validade do questionário

Validade do conteúdo

Com esse tipo de validade, o objetivo é determinar se os itens do questionário são indicadores do que se pretende medir. Para isso, o questionário foi submetido à avaliação dos juízes. ' O procedimento seguido passou por estas fases: validade do conteúdo e aplicação do método "agregado individual".

Para a validação do Questionário "Abandono de Estudos Universitários", foi realizado através da validação de especialistas (painel de especialistas), utilizando o "Método de Agregação Individual", que segue a seguinte sequência:

- a) Seleção de juízes
- b) Objetivos e variáveis de estudo.
- c) Instrumento de validação: clareza, congruência no domínio do item, viés indutor de resposta, que mede o que afirma medir
- d) Observações aos itens.

Foram selecionados dois juízes que, treinados no assunto, emitiram sua avaliação com base no modelo proposto. Ambos são doutores em educação, que praticam o ensino em duas universidades, uma espanhola e a outra paraguaia.

A figura a seguir é o modelo usado para realizar a validação do questionário.

Figura 3. Modelo de validação dos juízes

VALIDACIÓN ÍTEM									
ÍTEM	Claridad en la redacción		Mide lo que dice medir		Inducción a la respuesta		Coherencia interna (ítem-dominio)		OBSERVACIONES
	SÍ	NO	SÍ	NO	SÍ	NO	SÍ	NO	
1									
2									
3									
4									
5									
...									

Foram coletados comentários para melhorar a redação de alguns itens e incorporar outros à escala em relação às doenças profissionais mais frequentes dos professores como exercício de sua profissão.

Os mesmos juízes validaram o questionário, levando em consideração a clareza no relacionamento, se ele mede o que ele pretende medir, a indução à resposta e a coerência interna (itens-domínio), assim como foi considerado se o instrumento contém Instruções claras, se os itens permitirem alcançar o objetivo da pesquisa, se forem distribuídos sequencialmente e se o número de itens for suficiente para coletar as informações.

Validação cognitiva

A estrutura, a dimensão e a questão do questionário foram submetidas a uma análise rigorosa por dois juízes, sobre a importância da questão e se o questionário responde aos objetivos da investigação.

Confiabilidade do instrumento

Para a confiabilidade da balança, o “Kuder Richardson. Na verdade, é a mesma fórmula que o alfa de Cronbach, mas é a escala dicotômica que, no nosso caso, é expressa por itens descontínuos. O valor obtido é ,751, que é considerado um índice aceitável.

3.6. PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Após o desenvolvimento do instrumento que passou pela fase de determinação precisa do objetivo, elaboração do questionário, elaboração e seleção das perguntas, análise e qualidade das mesmas, lista de respostas, disposição provisória das perguntas no livreto, análise de a confiabilidade e validade do questionário, foi aplicado.

O instrumento foi aplicado pela própria pesquisadora, gerando as melhores condições, a fim de minimizar efeitos espúrios na validade. Depois de ter as autorizações relevantes, foi aplicada aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que não é fundamental para a Escola Municipal de Balbina-Amazonas.

A participação voluntária foi enfatizada, principalmente por fornecer respostas a todas as perguntas, a fim de minimizar os valores ausentes. O instrumento foi aplicado durante o horário das aulas e levou aproximadamente 20 minutos. Nenhum incidente significativo foi detectado durante sua aplicação. A importância de sua participação para os fins da investigação foi novamente apreciada.

3.7. ANÁLISE DOS RESULTADOS

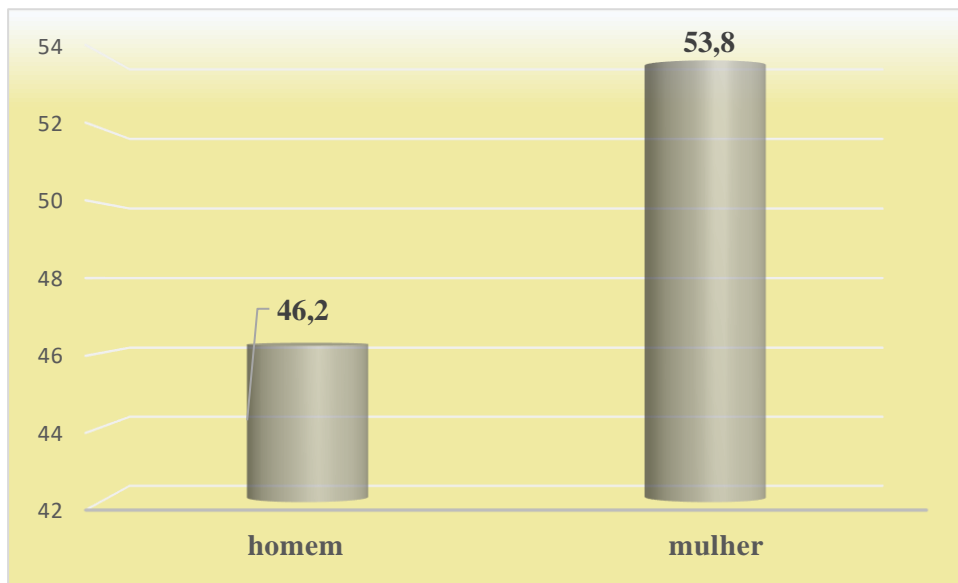
Para analisar dois resultados, utilizamos estatística descritiva usando cálculos de frequências, porcentagens, médias e desvio padrão. Para os itens da escala, foram aplicados às tabelas de consistência e teste do qui-quadrado (inferência estatística) para estabelecer relações entre variáveis.

A amostra é caracterizada pela variável sexo. 46,2% dos participantes são homens e 53,8% mulheres.

Tabela 13. Caracterização da amostra

		frequência	Porcentagem
Gênero	homem	12	46,2%
	mulher	14	53,8%

Figura 4. Distribuição por gênero



Antes de prosseguir para estabelecer a associação entre variáveis, procedemos ao cálculo da relação entre as variáveis quantitativas. O procedimento passou por “correlação simples”, pois envolve apenas uma variável independente. O coeficiente de correlação aplicado foi o de Pearson, que é um índice que mede o grau de covariância entre variáveis linearmente relacionadas. O coeficiente de correlação obtido é de pouca significância $r = ,159$.

Da mesma forma, a variável “gênero” foi submetida ao teste de normalidade para estabelecer que tipo de associação é aplicada entre as variáveis.

Para analisar os itens, nesta dimensão, relacionados aos objetivos, deve-se verificar que a variável aleatória (DV) “gênero” é normalmente distribuída. Por se tratar de um grupo pequeno (<50 sujeitos), foi utilizado o teste Shapiro-Wilk, em nível sig. (a, 05). No nosso caso, ao obter um valor $p\text{-value} = 000$, pode-se afirmar que os dados não provêm de uma distribuição normal; portanto, a estatística de teste a ser aplicada (sendo 2 variáveis) é o teste não paramétrico U de Mann-Whitney.

Tabla 14. Estatística descritiva

		Estatístico	Erro padrão
gênero	Média	1,52	,117
	95% de intervalo de	Límite inferior	1,28
	confiança para a média	Límite superior	1,76
	Media recortada al 5%	1,57	
	Mediana	2,00	
	Variación	,343	
	Desvio padrão	,586	
	Mínimo	0	
	Máximo	2	
	Intervalo	2	
	Intervalo interquartil	1	
	Assimetria	-,759	,464
	Kurtosis	-,322	,902

Tabela 15. Testes de normalidade

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatístico	gl	Sig.	Estatístico	gl	Sig.
genero	,354	25	,000	,710	25	,000

a. Correção de significância de Lilliefors

DIMENSÃO I: MOTIVOS PESSOAIS

Na tabela a seguir, são coletadas as opiniões relacionadas a “razões pessoais” pelas quais os alunos abandonariam seus estudos.

Como pode ser visto na dimensão motivos pessoais, existe uma variável que pode ser um motivo de risco “incompatibilidade no trabalho de estudo”. Por gênero, não há diferenças significativas, ou seja, que esse fator de risco ocorra em homens e mulheres (valor de $p < ,000$). Observa-se que a diferença de faixas em pequenas (12,70 homens e 2,36 mulheres).

Este resultado está relacionado a outros estudos realizados. coincide com Cabrera-Pérez (2006), García de Fanelli & Adrogué de Deane (2015), Garther, Dussan e Montoya (2016), Cruz-Gómez (2017), Valdivia-Gutiérrez-Barba Barrera (2017), Smulders (2018). No contexto latino-americano, existem dados significativos em relação aos alunos que estudam

e trabalham. Embora possa haver dados positivos, dependendo do número de horas (Ruesga-Benito, da Silva-Vichara e Mosueto, 2014), mais autores coincidem com o nosso estudo, de modo que combinar trabalho e estudo é uma variável Lujan-Thompson (2017).

Tabela 16. Estatística de teste^a

	V4
U de Mann-Whitney	68,000
W de Wilcoxon	173,000
Z	-,244
Sig. assintótica (bilateral)	,807
Significação exata [2*(sig. unilateral)]	,931 ^b

a. Variable de agrupación: genero

b. Não corrigido para empates.

Tabela 17. Classificações

gênero		N	Intervalo médio	Soma dos intervalos
V4	homem	10	12,70	127,00
	mulher	14	12,36	173,00
	Total	24		

<i>I. Motivos pessoais</i>	
V1. Por estar casado/a	
V2. Por estar grávida	
V3. Mudança de domicílio	
V4. Incompatibilidade de trabalho com estudos	
V5. Acho que não gosto de uma carreira	
V6. Por enfermidade	
V7. Pouca motivação para os estudos	
V8. Dificuldade de adaptação na vida escolar	
V9. Por ter conseguido um emprego	
V10. Por problemas familiares	

Tabela 18. Motivos pessoais

	SIM		NÃO		média	DE
	frequência	%	frequência	%		
V1	24	96%	1	4%	0,4	,200
V2	24	96%	1	4%	0,4	,200
V3	24	96%	1	4%	0,4	,200
V4	23	92%	2	8%	0,8	,277
V5	24	92%	1	4%	0,4	,200
V6	24	92%	1	4%	0,4	,200
V7	24	92%	1	4%	0,4	,200
V8	24	92%	1	4%	0,4	,200
V9	24	92%	1	4%	0,4	,200
V10	24	92%	1	4%	0,4	,200

DIMENSÃO II: MOTIVOS ACADÊMICOS E INSTITUCIONAIS

<i>I. Motivos acadêmicos e institucionais</i>
Problemas com os professores
Baixo desempenho acadêmico
Exigência no cumprimento do horário
Por considerar que os assuntos são muito teóricos
Biblioteca com poucos livros de referência
Dificuldade de acesso à internet
Eu não tenho um tutor/conselheiro
Falta de instalações esportivas adequadas
A instituição não possui salas de estudo
Por manter minha família
Por não ter recursos suficientes para continuar o estudo
Por estar empregado
Não gosto do ambiente da escola
Não tenho grupos de estudo
Por ter repetido o ano

Tabela 19. Motivos acadêmicos e institucionais

	SIM		NÃO		media	DE
	frequência	%	frequência	%		
V11	23	92%	2	8%	,04	,200
V12	24	96%	1	4%	,08	,277
V13	24	96%	1	4%	,04	,200
V14	24	96%	1	4%	,04	,200
V15	24	96%	1	4%	,04	,200
V16	24	92%	2	8%	,08	,277
V17	23	96%	1	4%	,04	,200
V18	24	96%	1	4%	,04	,200
V19	24	96%	1	4%	,04	,200
V20	24	96%	1	4%	,04	,200
V21	24	96%	1	4%	,04	,200
V22	24	96%	1	4%	,04	,200
V23	24	96%	1	4%	,04	,200
V24	24	96%	1	4%	,04	,200
V25	24	96%	1	4%	,04	,200

Dentre os motivos de risco para o abandono dos estudos, da dimensão "institucional e acadêmica", observa-se que a variável "problemas com professores" e "dificuldade de acesso à internet" são os principais riscos. Por gênero, não foram observadas diferenças significativas. Os índices de intervalo corroboram esta afirmação.

Muitos estudos concordam que a variável "professor" pode ser um motivo para o abandono dos estudos. Isso é destacado pelo estudo como Román (2013). Em relação ao abandono como consequência de problemas com a internet, vários estudos mostram isso (Escanés, Herrero, Merlino & Aillón, 2014; La Madriz, 2016; Plaza de la Hoz, 2015).

Tabla 20. Classificações

	genero	N	Intervalo médio	Soma de intervalos
V11	homem	10	13,90	139,00
	mulher	14	11,50	161,00
	Total	24		
V12	homem	10	12,00	120,00
	mulher	14	12,86	180,00
	Total	24		
V13	homem	10	12,00	120,00
	mulher	14	12,86	180,00
	Total	24		
V14	homem	10	12,00	120,00
	mulher	14	12,86	180,00
	Total	24		
V15	homem	10	13,20	132,00
	mulher	14	12,00	168,00
	Total	24		
V16	homem	10	12,70	127,00
	mulher	14	12,36	173,00
	Total	24		
V17	homem	10	12,00	120,00
	mulher	14	12,86	180,00
	Total	24		
V18	homem	10	12,00	120,00
	mulher	14	12,86	180,00
	Total	24		
V19	homem	10	12,00	120,00
	mulher	14	12,86	180,00
	Total	24		
V20	homem	10	12,50	125,00
	mulher	14	12,50	175,00
	Total	24		
V21	homem	10	12,00	120,00
	mulher	14	12,86	180,00
	Total	24		
V22	homem	10	12,00	120,00
	mulher	14	12,86	180,00
	Total	24		

V23	homem	10	12,00	120,00
	mulher	14	12,86	180,00
	Total	24		
V24	homem	10	12,00	120,00
	mulher	14	12,86	180,00
	Total	24		
V25	homem	10	12,00	120,00
	mulher	14	12,86	180,00
	Total	24		

CONCLUSÕES E PROPOSTAS

CONCLUSÕES

O desenvolvimento desta pesquisa, realizada no contexto da Escola Municipal de Balbina – Amazonas, nos eleva a uma reflexão acerca das problemáticas apresentadas pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos, o que foi possível compreender por meio do questionário e da conversa informal com cada um deles fora do ambiente escolar.


No questionário aplicado aos alunos, organizado em dois blocos – motivos pessoais e motivos institucionais -, foi possível obter informações acerca dos motivos que levaram o aluno a desistir dos estudos. Ao analisar o primeiro bloco com as respostas dos alunos verificou-se que a maior causa pessoal para a evasão escolar em Balbina é a gravidez na adolescência, foi o maior índice apresentado durante a coleta de dados, seguido da desmotivação para continuar os estudos, onde os alunos afirmam que não conseguem se concentrar nas aulas e que não sabem o significado de continuar estudando, ou seja, não há perspectiva de melhoria de vida ou de obtenção de conhecimento contínuo, pois os próprios alunos demonstram desinteresse em continuar os estudos, com a justificativa, sempre, de que precisam trabalhar ou cuidar de casa. A prioridade de assuntos externos à educação sempre prevalece.

Conseqüentemente, em relação aos objetivos da pesquisa, essas são as principais conclusões alcançadas:



Objetivo: *Em relação aos fatores e causas de abandono dos estudos*

Os dois fatores estudados foram "pessoais" e "acadêmicos e institucionais". De todas as possíveis causas possíveis de abandono, apenas duas delas parecem significativas.

 **Objetivo: Em relação aos motivos pessoais**

No que se refere à dimensão razões pessoais, a principal causa de abandono é por motivos de trabalho, ou seja, não ser capaz de combinar trabalho e estudo.

 **Objetivo: Em relação aos motivos acadêmicos e institucionais**

Em relação à dimensão dos motivos acadêmicos e institucionais, a principal causa de abandono dos estudos deve-se ao não ter um bom relacionamento entre alunos e professores.

PROPOSTAS

De acordo com esses resultados, fizemos essas propostas para minimizar os efeitos dos motivos de abandono do estudo.

É necessário fortalecer os programas de apoio econômico e social: trata-se de atender aos alunos da EJA, dadas suas características peculiares, a fim de garantir igualdade de oportunidades e promover sua integração plena no desenvolvimento de seus estudos e torná-los compatíveis com sua atividade profissional. Devemos atender direta e pessoalmente para conhecer suas características e necessidades e, assim, poder oferecer as soluções mais adequadas com os recursos disponíveis o tempo todo.

Devemos melhorar o relacionamento entre o aluno e o professor: desenvolver relações positivas entre os dois setores. Para isso, sugerimos as seguintes ações:

- a) Aumentar a confiança mútua entre professores e alunos
- b) Ter clara as responsabilidades e funções de cada um.
- c) Cumprir as regras de convivência preparadas e aceitas por todos.
- d) Promover a comunicação assertiva.
- e) Restaurar o prestígio social dos professores.

- f) Respeito à privacidade.
- g) Manter uma comunicação aberta com os alunos.
- h) Reconhecer conquistas de aprendizagem.
- i) Fortalecer os vínculos entre os próprios alunos e os deles com os professores.
- j) Tenha um horario para aulas particulares com os alunos.

REFERÊNCIAS

- Andrade, E. R. (2011) *Os sujeitos educandos na EJA*. Consultado de: http://www.forumeja.org.br/files/Programa%203_0.pdf. Acesso em 16/06/2019.
- Andrade, M. (2019) *Acabar o abandono da EJA*. Consultado de: <http://gestaoescolar.abril.com.br/politicas-publicas/acabar-abandono-eja-evasao-623608.shtml> Acesso em: 03 de maio de 2019.
- Anjos, A. G. C. dos. (2011) *Educação de jovens e adultos*. Consultado de: <http://br.monografias.com/trabalhos3/educacao-jovens/educacao-jovens2.shtml>.
- Arroyo, M. G. da (2001). *Escola coerente à Escola possível*. São Paulo: Loyola.
- Barroso, J. (1998). *Descentralização e autonomia: devolver o sentido cívico e comunitário à escola pública*. In: Colóquio/Educação e Sociedade. Escola e Parcerias Educativas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkein, 4, 32-58.

- Abelló, R., Díaz, A., Pérez, M., Almeida., Lagos, I., González., Strickland, B. (2012). Vivencias e implicación académica en estudantes universitarios: adaptación y validación de escalas para su evaluación. *Valdivia*. 38(2), pp. 7-19. Universidad de Concepción, Chile.
- Almeida, L. S., Soares, A. P., Ferreira, J.A. (2002). Cuestionario de Vivencias Académicas (QVA-r): Avaliação do ajustamento dos estudantes universitarios. *Avaliação Psicológica*, 2, 81-93. Porto Alegre, Brasil.
- Bernardim, M. L. (2006) *Da escolaridade tardia à educação necessária: estudo das contradições na EJA em Guarapuava-Pr*. Dissertação de mestrado: Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Brasil (1988), *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília.
- Brasil (1990). Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. p. 13563.
- Brasil (1996), Lei nº 9.394/96. *Diretrizes e Bases para a Educação Nacional*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.
- Brasil (1997). *Parametros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC, SEF.
- Brasil (2006). Ministério da Saúde (BR). *Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde*. Brasília (DF): Saúde Brasil Brasília.
- Bravo, M^a I. (2004). Saúde e Serviço Social. In: A.P. Caldeira, A.M^a Aguiar. *Adolescentes grávidas usuárias do sistema de saúde pública*. Rio de Janeiro, UERJ: Cortez.
- Brezinski, M., & Ramos, E. (2014). *Legislação Educacional*. Florianópolis.
- Brumat, M.R., & Ominetti, L.M^a. (2018). Educación de Jóvenes y Adultos y Formación Docente. Debates, políticas y acciones. *Revista Paraguaya de Educación*, 1(7), 113-130.
- Buss, L.I. (2011). *Marcos Legais e Trajetória Histórica da Educação no Brasil*. In: Educação Profissional e de Jovens e Adultos no Contexto da Educação Brasileira – Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- Campoy Aranda, T.J. (2019). *Metodología de la investigación científica. Manual para la elaboración para la elaboración de tesis y trabajos de investigación*. Asunción: Marbén.

- Cury, C.R.J. (2002). Direito a educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, 116, 245-262.
- Coelho Rodrigues, L.R. (2007). *(Re)Configurando e analisando o mobral em Patos de Minas/MG. (1970-1980)*. Consultado de: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14095/1/leni.pdf>
- Correia, A., Vieira, L.; Gonzaga, K. & Viera, K.R.. (2009) *Comportamento Adolescente: rebeldia ou doença?* Rio de Janeiro: Ed Ciência Moderna Ltda.
- Costa, R.C., Roncaglio, M.S.; Souza, R.E. I. (2006.) *Momentos em psicologia escolar*. Curitiba: Juruá.
- Cruz-Gómez, L.D., (2017). Motivos de la deserción escolar en el nivel medio superior. *Revista Vinculando*: Consultado de <http://vinculando.org/educacion/motivos-desercion-escolar-en-nivel-medio-superior.html>.
- De la Fare, M., Rovelli, L., & Atairo, D. (2016). Innovaciones en las políticas nacionales de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA): el Programa FINES en Argentina y el PROEJA en Brasil. *Horizontes*, 34(3), 7-21. Consultado de http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.9805/pr.9805.pdf
- Escanés, G., Herrero, V., Merlino, A., & Aillón, S. (2014). Deserción en educación a distancia: factores asociados a la elección de modalidad como desencadenantes del abandono universitario. *Virtualidad, Educación y Ciencia*, 5(9), 45-55. Consultado de <http://revistas.unc.edu.ar/index.php/vesc>
- Ferrari, S. C. (2011) *O aluno de EJA: jovem ou adolescente?* *Revista Shirley Costa Ferra*. Consultado de http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/
- Fonseca, P.R. da & Negri, P. (2017). La formación de la educación de adultos y jóvenes en Brasil. *Revista Científica Multidisciplinaria base de Conocimiento*, 7(39), 94-104.
- Foucault, Michael. (1988) *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Friedrich, M. et al. (2010) *Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas*. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ. Rio de Janeiro, 18(67), 389-410.

- Gadotti, M. (2001). Projeto político-pedagógico da escola; fundamentos para a sua realização. In; Gadotti, moacir e romão, J. Eustáquio. (Orgs). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. SP: Cortez, 2000. GENTILE, Paola e Andrade Cristina. AVALIAÇÃO NOTA 10. *Nova Escola a revista do professor*. Ano XVI nº. 147.
- Gagno, R.R. e Portela, M. S. (2003). *Gestão e Organização da Educação de Jovens e Adultos: Perspectiva de Prática Discente*. São Paulo.
- García de Fanelli, A., & Adrogué de Deane, C. (2015). Abandono de los estudios universitarios: Dimensión, factores asociados y desafíos para la política pública. *Revista Fuetes, 16*, pp, 85-106.
- Gartner, M. L., Dussán, C., & Montoya, D. M. (2016). Caracterización de la deserción estudiantil en la Universidad de Caldas en el período 2009-2013. Análisis a partir del Sistema para la Prevención de la Deserción de la Educación Superior–SPADIES–. *Revista Latinoamericana de Estudio Educativos, 12*(1), 132-158.
- Gil, A.C. (2010) *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Gil, A.C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gontijo, D.T., & Medeiros, M. (2008). Estava morta e revivi: significado de maternidade para adolescentes com experiência de vida nas ruas. *Cad. Saúde Pública, 24*(2), .469-472.
- Haddad. S., & Di Pierro, M.C. (2000). Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira Educação, Rio de Janeiro, 14*, 108-194.
- Hage, S. M. (2001) *Educação de jovens e adultos, analfabetismo e compromisso social: análise da experiência educativa do projeto alfabetização cidadã na transamazônica*. UFPA.
- Iamamoto, Marilda Villela. (2008) *Relações sociais e serviço social no Brasil*. São Paulo, Cortez: CELATS.
- La Madriz, J. (2016). Factores que promueven la deserción del aula virtual. *Revista científica electrónica de ciencias humanas, 35*(12), 18-40. Consultado de: www.revistaorbis.org.ve
- Luján Thompson, P. (2017). Deserción universitaria. Análisis de los egresados de la carrera de Administración. Cohorte 2011-2016. *Población y Desarrollo, 23*(45), 107-112.
- Kern, C. (2014). *Sujeitos da diversidade*/Caroline Kern, Paula Alves de Aguiar. Florianópolis: IFSC.

- Libâneo, J.C. (1998). *Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?* São Paulo: Cortez.
- _____. (2001). *Organização e Gestão da Escola Teoria e Prática*. Goiana: Alternativa.
- Lopes, S. P., Souza, L. S. (2005). EJA: uma educação possível ou mera utopia? *Revista Alfabetização Solidária (Alfasol)*, São Paulo, 5. Consultado de: http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf
- Machado, M^a & Castro Rodrigues, M^a E. (2017). La EJA en la próxima década y la práctica pedagógica del docente. *Revista Retratos de la Escuela*, Brasília, 8(15), 383-395, jul./dic. Consultado de: <http://www.esforce.org.br>> 393
- Martín-Barbero, J. (2002). *La Educación desde la comunicación*. Buenos Aires: Norma.
- Morales, P. (2012). *Estadística aplica a las ciencias sociales*. Madrid: Universidad Pontificia de Comillas.
- Nascimento, E.M^a Do (2002). *Maternidade, desejo e gravidez na adolescência*. Salvador: EDUFBA.
- Osório, L.C. (1996). *Adolescente hoje. Porto Alegre: Artmed, 1989. A família hoje*. Porto Alegre: Artmed.
- Pedralli, R., & Pizzatti, M^a E. (2013). Evasão escolar na educação de jovens e adultos: problematizando o fenômeno com enfoque na cultura escrita. *Rev. Bras. Linguist. Apl.* 2013, 13(3), 771-788. Consultado de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198463982013000300005&script=sci_arttext
- Pereira dos Santos, A.S. (2017). *La actual política de educación en jóvenes y adultos en el estado de Bahía y las dificultades de estudio en los educandos y de enseñanza en los educadores. Desafíos en la gestión escolar*. Tesis para obtener e Título de Magister. FILO:UBA.
- Pimenta, S.G. (1991). *O Pedagogo na Escola Pública*. São Paulo: Loyola.
- Plaza de la Hoz, J. (2015). Cómo afecta el uso de Internet a los estudiantes adolescentes: Informe de investigación. *Conference: III Congresso Internacional das TIC na Educação*, Lisboa. Consultado de <https://www.researchgate.net/publication/276273414>
- Portal, M.S. (2017). *Escolas públicas de Itacoatiara apresentam seus índices e projetos à comunidade*. Reis, Risolene Pereira (2007). *Mundo Jovem*, 3738(6). Consultado de: <https://www.portalmarcossantos.com.br/2011/07/26/escolas-publicas-de-itacoatiara-apresentam-seus-indices-e-projetos-a-comunidade/>

- Rojas, A., Fernández, J., Pérez, C. (1998). Investigar mediante encuestas Fundamentos teóricos y aspectos prácticos. *Psicothema*, 12(2), pp. 320-324. Universidad de Oviedo, España.
- Román, M. (2013). Factores asociados al abandono y la deserción Escolar en América Latina: una mirada en conjunto. *REICE, Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, 11(2), 34-59. Consultado de <http://www.rinace.net/reice/numeros/arts/vol11num2/art2.pdf>
- Ruesga, B., Silva Bichara da, J. Monsueto, S. (2014). Estudiantes universitarios, experiencia laboral y desempeño académico en España. *Revista de Educación*, 365, 67-95.
- Santos, A. dos., Carvalho, C.V. de (2006). Gravidez na adolescência: um estudo exploratório. *Bol. Psicol. São Paulo*, 56(125). Consultado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432006000200002
- Sautu, R. (ed.) (1999). *El Método Biográfico: la reconstrucción de la sociedad a partir del testimonio de los actores sociales*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano.
- Sierra Bravo, R. (2008). *Técnicas de Investigación Social*. Madrid: Thomson.
- Silva, A. Soares d & Laprega, M.R. (2005) *Avaliação crítica do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) e de sua implantação na região de Ribeirão Preto*, São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 21(6). 1821-1828.
- Simões, V.M^a.F, et al. (2003). Características da gravidez na adolescência em São Luís, Maranhão. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, 37(5), 559-565. Consultado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102003000500003&script=sci_abstract&tlng=pt
- Smolka, Ana Luiza Bustamante (1993). *A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como um processo discursivo*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Smulders, M.E. (2018). Factores que influyen en la deserción de los Estudiantes Universitarios. *Revista de Investigación en Ciencias Sociales y Humanidades*, 5(2), julio-diciembre, 127-132. Consultado de <http://revistacientifica.uamericana.edu.py/index.php/academo/>
- Teixeira, A. (1957). *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: José Olympio Editor.

Tiramonti, G. (2005). La Escuela em la encrucijada del cambio epocal. *Educação & Sociedade*, Campinas, 26(92), 889-910. Consultado de <<http://www.cedes.unicamp.br>

Valdivia, M., Barba, A. (2017). La escasez de recursos económicos como causa de deserción. *Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo*. Consultado de <http://www.eumed.net/rev/atlante/2017/11/escasez-recursos-desercion.html>,<http://hdl.handle.net/20.500.11763/atlante1711escasez-recursos-desercion>.

Vasconcelos, Ana Maria de (2007). *A prática do Serviço Social. Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. São Paulo: Cortez.

Veiga, I. P. A. (1997). *Projeto Político - Pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas, Papirus.

Vygotsky (1996), L. S. *Teoria e Método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.

Yazlle, M.E.D. (2006). Gravidez na adolescência. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, Rio de Janeiro, 28(8). Consultado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032006000800001

ANEXO

QUESTIONÁRIO SOBRE ABANDONO ESCOLAR

Estimado (a) aluno (a):

Este questionário tem como objetivo levantar dados que ajudem a identificar as causas do abandono escolar, e a partir dele apresentar medidas de prevenção. Sua opinião é muito importante.

Agradeço sua colaboração.

Gênero: Homem Mulher

Marcar o quadro com um (X), o motivo que te levaria a abandonar teus estudos. Pode marcar mais de um.

<i>I. Motivos pessoais</i>		
1	Por estar casado/a	
2	Por estar grávida	
3	Mudança de endereço	
4	Incompatibilidade do trabalho com o estudo	
5	Não tenho condução para ir à escola	
6	Por doença	
7	Pouca motivação para estudar	
8	Dificuldade de adaptação à vida escolar	
9	Por ter conseguido um emprego	
10	Devido a problemas familiares	
<i>II. Motivos acadêmicos e institucionais</i>		
11	Problemas com os professores	
12	Baixo desempenho escolar	
13	Rigidez no horário de entrada e saída na escola	
14	Há muita teoria e pouca atividade prática	
15	Biblioteca com livros de referência limitados	
16	Dificuldade em acessar a internet	
17	Eu não tenho um tutor / conselheiro	
18	Falta de instalações esportivas adequadas	
19	A instituição não possui salas de estudo suficientes	
20	Por manter minha família	
21	Por não ter recursos suficientes para continuar com o estudo	
22	Estar desempregado	
23	Eu não gosto do ambiente da escola	
24	Eu não tenho grupos de estudo	
25	Por repetição do ano	